

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC JÔNATAS ANTUNES DE LIMA

A ESTRATÉGIA DE DEFESA AUSTRALIANA NA REGIÃO DO ARQUIPÉLAGO  
MALAIO DE 2013 ATÉ 2023:  
*uma trajetória rumo ao Anti-Access/Area-Denial*

Rio de Janeiro

2023

CC JÔNATAS ANTUNES DE LIMA

A ESTRATÉGIA DE DEFESA AUSTRALIANA NA REGIÃO DO ARQUIPÉLAGO  
MALAIO DE 2013 ATÉ 2023:  
*uma trajetória rumo ao Anti-Access/Area-Denial*

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CF Glauco.

Rio de Janeiro  
Escola de Guerra Naval  
2023

## **DECLARAÇÃO DA NÃO EXISTÊNCIA DE APROPRIAÇÃO INTELECTUAL IRREGULAR**

Declaro que este trabalho acadêmico: a) corresponde ao resultado de investigação por mim desenvolvida, enquanto discente da Escola de Guerra Naval (EGN); b) é um trabalho original, ou seja, que não foi por mim anteriormente utilizado para fins acadêmicos ou quaisquer outros; c) é inédito, isto é, não foi ainda objeto de publicação; e d) é de minha integral e exclusiva autoria.

Declaro também que tenho ciência de que a utilização de ideias ou palavras de autoria de outrem, sem a devida identificação da fonte, e o uso de recursos de inteligência artificial no processo de escrita constituem grave falta ética, moral, legal e disciplinar. Ademais, assumo o compromisso de que este trabalho possa, a qualquer tempo, ser analisado para verificação de sua originalidade e ineditismo, por meio de ferramentas de detecção de similaridades ou por profissionais qualificados.

Os direitos morais e patrimoniais deste trabalho acadêmico, nos termos da Lei 9.610/1998, pertencem ao seu Autor, sendo vedado o uso comercial sem prévia autorização. É permitida a transcrição parcial de textos do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que seja feita a referência bibliográfica completa.

Os conceitos e ideias expressas neste trabalho acadêmico são de responsabilidade do Autor e não retratam qualquer orientação institucional da EGN ou da Marinha do Brasil.

**ASSINATURA PELO GOV.BR  
(LOCAL DA CHANCELA)**

## AGRADECIMENTOS

Inicialmente, agradeço a Deus, por sua proteção, infinita bondade e por me guiar ao longo de mais essa jornada.

À minha esposa Raquel e aos meus filhos Caio e Eduarda, por serem minha inspiração, dando-me a força e a coragem necessárias para enfrentar os desafios e superar as adversidades.

Aos meus companheiros de turma, em especial aqueles com quem tive a oportunidade de trocar ideias e experiências, agradeço pela convivência e pelo enriquecimento mútuo.

Ao Capitão de Fragata Fampa, amigo de longa data, manifesto meu sincero agradecimento pela disponibilidade e pelos apontamentos oportunos no decorrer dessa singradura.

Ao Capitão de Fragata Glauco, meu orientador e amigo, pelos valiosos ensinamentos e pelos convenientes conselhos que me brindou durante toda a jornada dedicada à pesquisa. Suas ponderações, sugestões e críticas construtivas foram fundamentais para aprimorar meu desenvolvimento acadêmico.

Ao Capitão de Mar e Guerra (RM1) Leonardo Faria de Mattos, manifesto meu reconhecimento pelo incitamento e interesse dedicados ao tema.

E, por fim, ao Capitão de Fragata (RM1) Ohara Barbosa Nagashima, expresso minha gratidão pela primorosa orientação metodológica e por sua incansável dedicação aos Oficiais-Alunos.

“A aplicação da estratégia certa em cada local de batalha é a chave para a vitória em qualquer guerra.”

Carl von Clausewitz, general prussiano e teórico militar

## RESUMO

O objetivo da pesquisa é analisar a estratégia contemporânea empregada pela Austrália na região dos Arquipélago Malaio em conformidade com os pressupostos da teoria de *Anti-Access/Area-Denial*, de forma a contrapor-se, principalmente, ao avanço chinês em seu entorno estratégico. A pertinência do estudo se deve aos ensinamentos que uma média potência com viés marítimo, dado o seu posicionamento geoestratégico, pode produzir no sentido de contribuir para a estabilidade em uma área extremamente volátil e disputada. Para atingir esse resultado, empreendeu-se uma investigação baseada em fontes bibliográficas e documentais, adotando-se uma abordagem metodológica descritiva e analítica que se concentrou no entendimento da estrutura estratégica de defesa da Austrália desde o ano de 2013 até 2023. O estudo apoiou-se nos conceitos de Tangredi e outros teóricos, assim como nos *Defence White Paper 2013 e 2016*, no *Defence Strategic Update 2020*, e no *Defence Strategic Review 2023*, documentos de alto nível no âmbito do Departamento de Defesa australiano. Dessa maneira, após confrontar a fundamentação teórica com o atual posicionamento estratégico da Austrália, buscou-se identificar se o país caminha para a implementação do conceito estratégico de *Anti-Access/Area-Denial* em parte de seu entorno estratégico ao adotar uma abordagem proativa para lidar com as preocupações de segurança regional, por meio de uma reorientação de suas forças de defesa, levando em consideração suas capacidades presentes, seus objetivos estratégicos e os possíveis desdobramentos de acordos militares em suas capacidades de defesa.

**Palavras-chave:** *Anti-Access/Area-Denial*; Austrália; Estratégia Contemporânea; Segurança.

## ABSTRACT

The aim of this research is to analyze the contemporary strategy employed by Australia in the Malay Archipelago region in accordance with the assumptions of the Anti-Access/Area-Denial theory, in order to counter mainly China's advance in its strategic environment. The relevance of the study lies in the lessons that a medium maritime power, given its geostrategic positioning, can produce in contributing to stability in an extremely volatile and contested area. To achieve this result, an investigation was undertaken based on bibliographic and documentary sources, adopting a descriptive and analytical methodological approach that focused on understanding Australia's strategic defense structure from 2013 up to 2023. The study relied on the concepts of Tangredi and other theorists, as well as the 2013 and 2016 Defence White Paper, the 2020 Defence Strategic Update, and the Defence Strategic Review 2023, high-level documents within the Australian Department of Defence. Thus, after confronting the theoretical foundation with Australia's current strategic positioning, the aim was to identify whether the country is moving towards the implementation of the Anti-Access/Area-Denial strategic concept in part of its strategic environment by adopting a proactive approach to deal with regional security concerns. This involves a reorientation of its defense forces, taking into account its existing capabilities, strategic objectives, and potential implications of military agreements on its defense capabilities.

**Keywords:** Anti-Access/Area-Denial; Australia; Contemporary Strategy; Security.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Arquipélago Malaio .....	54
Figura 2 - Distribuição de investimento para a década 2020-2030.....	54
Figura 3 - Principais programas no domínio aéreo.....	55
Figura 4 - Principais programas no domínio terrestre .....	56
Figura 5 - Principais programas no domínio cibernético .....	57
Figura 6 - Principais programas no domínio espacial .....	57
Figura 7 - Principais programas no domínio marítimo .....	58
Figura 8 - <i>Jindalee Operational Radar Network</i> .....	59
Figura 9 - Cronograma de substituição dos Navios de Superfície (Classes Anzac, Hobart e Hunter) .....	60
Figura 10 - Cronograma de substituição dos Submarinos Classe Collins .....	60
Figura 11 - Mapa demonstrativo dos países alcançados pelo <i>New Colomb Plan</i> .....	61

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Navios da <i>Royal Australian Navy</i> .....	62
---	----

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A2 –	<i>Anti-Access</i>
A2/AD –	<i>Anti-Access/Area-Denial</i>
AD –	<i>Area-Denial</i>
C4 –	Comando, Controle, Comunicações e Computadores
C5ISREW –	Comando e Controle, Comunicações, Computadores, Cibersegurança, Inteligência, Vigilância, Reconhecimento e Guerra Eletrônica
CSBA –	<i>Center for Strategic and Budgetary Assessments</i>
DoD –	<i>Department of Defense</i>
EUA –	Estados Unidos da América
FDA –	Forças de Defesa Australianas
GPS –	<i>Global Positioning System</i>
IISS –	<i>International Institute for Strategic Studies</i>
ISR –	<i>Intelligence, Surveillance and Reconnaissance</i>
JORN –	<i>Jindalee Operational Radar Network</i>
JOAC –	<i>Joint Operational Access Concept</i>
LCM –	Linhas de Comunicação Marítima
NSM –	<i>Naval Strike Missile</i>
OTAN –	Organização do Tratado do Atlântico Norte
OTHR –	<i>Over-the-Horizon-Radar</i>
QUAD –	<i>Quadrilateral Security Dialogue</i>
RAAF –	<i>Royal Australian Air Force</i>
RAN –	<i>Royal Australian Navy</i>
SCIFiRE –	<i>Southern Cross Integrated Flight Research Experiment</i>

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>A ESTRATÉGIA A2/AD .....</b>	<b>14</b>
2.1	O desenvolvimento do conceito moderno e sua definição.....	14
2.2	Princípios da estratégia A2/AD .....	18
2.3	Métodos e meios de emprego .....	20
2.4	Considerações parciais .....	23
<b>3</b>	<b>A ESTRATÉGIA DE DEFESA AUSTRALIANA .....</b>	<b>24</b>
3.1	Breve histórico da estratégia de defesa australiana - um período de mudanças .....	24
3.2	O entorno estratégico da Austrália .....	27
3.3	Objetivos estratégicos - indicação do método e aprimoramento dos meios .....	29
3.4	Capacidades e recursos disponíveis .....	31
3.5	AUKUS e demais capacidades futuras .....	34
3.6	Considerações parciais .....	35
<b>4</b>	<b>O EMPREGO DA ESTRATÉGIA A2/AD PELA AUSTRÁLIA.....</b>	<b>37</b>
4.1	Métodos australianos adequados à estratégia A2/AD.....	37
4.2	Recursos australianos adequados à estratégia A2/AD.....	41
4.3	Lacunas e desafios na implementação da estratégia A2/AD.....	42
4.4	A contribuição do AUKUS e demais iniciativas .....	43
4.5	Considerações parciais .....	44
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>46</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>49</b>
	<b>ANEXO A - FIGURAS .....</b>	<b>54</b>
	<b>ANEXO B - TABELA .....</b>	<b>62</b>

## 1 INTRODUÇÃO

No atual contexto da ordem mundial, é recorrente a necessidade de análise e projeção acerca do futuro, sobretudo em relação às disputas pela hegemonia na região do Indo-Pacífico, travadas entre as potências Estados Unidos da América (EUA) e República Popular da China (China). Diante desse panorama, é comum que demais entidades estatais se sintam instigadas a adotar uma postura assertiva para enfrentar esse cenário de rivalidade geopolítica. Conseqüentemente, é possível extrair ensinamentos do desenvolvimento estratégico dessas nações.

Todavia, é importante destacar que a simples comparação com esses grandes atores do Sistema Internacional, embora possa fornecer lições relevantes, muitas vezes, não resulta em ações concretas a curto ou médio prazo, em virtude do hiato em termos de recursos que essas nações possuem em relação às demais. Nessa perspectiva, é fundamental buscar outras abordagens a essa realidade, que permitam uma aplicação mais tangível e pragmática desse ambiente complexo, assim como buscar sua compreensão por outro prisma.

Em razão disso, a estratégia de defesa adotada pela Austrália na região do Arquipélago Malaio<sup>1</sup> (FIG. 1, ANEXO A) se torna particularmente interessante. Como importante ator na região do Indo-Pacífico, a Austrália tem atuado de forma ativa na promoção da segurança e estabilidade nessa área, especialmente diante dos desafios representados pelo crescimento econômico e militar chinês. Assim, a análise dessa estratégia pode oferecer aprendizados valiosos para Estados que buscam uma abordagem mais eficaz para lidar com a complexidade dos cenários estratégicos do século XXI.

A escolha da estratégia de defesa da Austrália, no período de 2013 a 2023, como objeto de investigação, justifica-se por meio de uma série de elementos que a equiparam, por exemplo, à realidade brasileira. Tais elementos incluem, dentre outros, uma extensa faixa

---

<sup>1</sup> O Arquipélago Malaio é o maior grupo de ilhas do mundo, composto pelas mais de 17.000 ilhas da Indonésia e pelas, aproximadamente, 7.000 ilhas das Filipinas. Ademais, a Ilha de Nova Guiné é geralmente incluída, embora as Ilhas Andaman e Nicobar, no Noroeste, e o Arquipélago Bismarck, no Leste, não sejam. As principais ilhas e grupos da República da Indonésia incluem as Grandes Sundas (Sumatra, Java, Bornéu e Celebes), as Pequenas Sundas, as Molucas e a parte ocidental da Nova Guiné. As principais ilhas das Filipinas incluem Luzon (Norte), Mindanao (Sul) e as Visayas no meio. Outras unidades políticas no arquipélago são a Malásia Oriental (Sabah e Sarawak), Brunei e Papua Nova Guiné (ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA, 2023b).

costeira e o status de potência média<sup>2</sup> e regional. Ademais, a Austrália também compartilha com o Brasil um interesse em explorar a utilização de submarinos com propulsão nuclear, ao mesmo tempo em que mantém firme compromisso com o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares. Nessa medida, a escolha do país como alvo de investigação visa a uma ampla compreensão do cenário estratégico e da dinâmica de poder no contexto da região do Indo-Pacífico, cujos desdobramentos podem ter relevância para a segurança nacional e a projeção internacional daquele país.

Em 2013 e 2016, a Austrália apresentou à sua sociedade Planos Estratégicos, os quais foram atualizados em 2020, com o interesse de descrever as ações estratégicas a serem desempenhadas nos próximos vinte anos. Essas diretrizes emanadas do poder político indicam o objetivo de ampliação da presença militar no entorno estratégico australiano e direcionam a nação para uma ampliação de suas parcerias com países aliados, especialmente os EUA, para enfrentar os desafios existentes.

De fato, muitos estudos nos últimos anos destacaram a teoria estratégica de *Anti-Access/Area-Denial* (A2/AD) vinculando à postura defensiva chinesa no Mar do Sul da China, principalmente. Entretanto, a vertiginosa expansão chinesa em direção aos oceanos Pacífico e Índico, em busca de insumos e mercados, tem trazido um grande desconforto não apenas aos EUA, seu principal rival, mas também às potências regionais. Sob essa perspectiva, a Austrália tem se posicionado como uma importante força de equilíbrio na região, e nos remete a questionar se estaria essa nação valendo-se da estratégia contemporânea chinesa A2/AD para se contrapor ao avanço da própria China.

Sendo assim, o presente estudo visa confrontar o pensamento estratégico adotado pela Austrália com os princípios teóricos da estratégia A2/AD, amparando-se majoritariamente nos conceitos de Sam J. Tangredi<sup>3</sup>, a fim de evidenciar tanto as suas convergências quanto as suas particularidades.

Para empreender tal análise, a questão central desta pesquisa é: Haveria aderência da

---

<sup>2</sup> Uma potência média nas relações internacionais é um país que exerce uma influência significativa nos assuntos globais, mas não é uma superpotência. Geralmente, são países que possuem uma economia forte, um sistema político bem desenvolvido e uma presença internacional influente. Apesar de não haver consenso, Brasil, Canadá e Austrália normalmente figuram nessa lista (THE KOOTNEETI, 2022).

<sup>3</sup> Sam J. Tangredi é um oficial da reserva da Marinha dos EUA. Atua como diretor do *Institute for Future Warfare Studies* desde 2017. Ele ingressou inicialmente no *Naval War College* como professor de estratégia nacional, naval e marítima no Departamento de Pesquisa Estratégica e Operacional, em outubro de 2016. Publicou cinco livros, mais de 150 artigos em periódicos e capítulos de livros, além de numerosos relatórios para organizações governamentais e acadêmicas.

estratégia de defesa australiana, promulgada por meio de seus *Defence White Papers* 2013 e 2016 e atualizada em 2020, aos conceitos de A2/AD? À vista disso, o trabalho apoia-se na hipótese de que os objetivos estratégicos apontados pelos *Defence White Papers*, a partir de 2013, corroboram para a aplicação dos conceitos de A2/AD na região do Arquipélago Malaio.

A metodologia empregada consistirá na confrontação da teoria com a realidade, mediante uma abordagem descritiva e analítica e de uma verificação bibliográfica e documental, descrevendo a teoria estratégica A2/AD em busca de evidências observáveis para responder à questão formulada.

Para tal, este trabalho está organizado em cinco capítulos. Após esta introdução, abordaremos, no segundo capítulo, os aspectos teóricos associados à estratégia A2/AD, que servirá de sustentação para a pesquisa. Posteriormente, no terceiro capítulo, apresentaremos uma análise do pensamento estratégico da Austrália de 2013 até 2023, a fim de identificar as suas principais características. Em seguida, no capítulo quatro, faremos uma confrontação dos aspectos teóricos apresentados com as particularidades e características da estratégia australiana a partir de 2013. Finalmente, no último capítulo, faremos nossas considerações finais com o desfecho do estudo.

## 2 A ESTRATÉGIA A2/AD

Este capítulo está dividido em quatro seções e nele temos a intenção de apresentar a fundamentação teórica e conceitual que será utilizada para apoiar o estudo em questão. Inicialmente, descreveremos a evolução do conceito da estratégia A2/AD e sua definição contemporânea. Passaremos, em seguida, a apresentar os pressupostos desse modelo. Posteriormente, à luz do que consentem estudiosos sobre o assunto, trataremos sobre os métodos e os meios de emprego. Na última seção, faremos um compendio da argumentação sugerida a fim de unificar e harmonizar a fundamentação teórica que servirá de ferramenta para a análise em apreço.

### 2.1 O desenvolvimento do conceito moderno e sua definição

Para Lawrence Freedman<sup>4</sup>, um pano de fundo para todos os assuntos internacionais pós-1945 foi o domínio dos mares exercido pelos EUA e sua capacidade de alcançar terras distantes e exercer poder ao redor do mundo. Ainda, segundo ele, por meio de sua força naval, os EUA foram capazes de forjar alianças na Europa e na Ásia, estendendo-se a essas regiões com reservas militares e suprimentos essenciais em momentos de crise, e ameaçar inimigos com bombardeios a partir do mar, bloqueio econômico ou operação anfíbia (FREEDMAN, 2017).

Sob essa mesma ótica, os analistas de políticas de defesa Krepinevich, Watts e Work destacam que, durante a Guerra Fria (1947-1991), a postura de defesa dos EUA exigia a presença substancial de forças no exterior como parte de uma estratégia militar que enfatizava a dissuasão e a defesa avançada. A eficácia se deu, principalmente, porque os EUA tinham uma compreensão clara das principais ameaças à sua segurança, uma grande confiança quanto aos locais onde ocorreriam os principais atos de agressão e a crença de que

---

<sup>4</sup> Sir Lawrence Freedman é um acadêmico, historiador e autor britânico especializado em política externa, relações internacionais e estratégia. Atualmente, é Professor Emérito de Estudos de Guerra no *King's College London*, onde foi Professor de Estudos de Guerra de 1982 a 2014 e Vice-Reitor de 2003 a 2013.

as bases avançadas eram razoavelmente seguras, mesmo em caso de ataque inimigo (KREPINEVICH; WATTS; WORK, 2003).

Contudo, segundo Krepinevich, Watts e Work, essas condições não existem mais, ou, quando existem, estão sujeitas a tendências que parecem desfavoráveis à sua sobrevivência a longo prazo. Para eles, as Forças Armadas dos EUA passariam a lutar para se adaptar a uma era expedicionária (KREPINEVICH; WATTS; WORK, 2003).

Conforme descrito por Cliff *et al.*, desde o fim da Guerra Fria, os estrategistas estadunidenses passaram a ter uma crescente apreensão com a possibilidade de, em caso de conflito, um adversário pudesse adotar e tentasse executar uma estratégia<sup>5</sup> destinada a interferir na capacidade militar dos EUA de se implantar ou operar em teatros de operação no exterior (CLIFF *et al.*, 2007).

Para Cliff *et al.*, essa preocupação decorre de duas características do mundo pós-Guerra Fria. Primeiro, com o colapso da União Soviética, nenhum país possui forças militares equiparadas às dos EUA, tornando improvável a derrota das forças estadunidenses em um confronto convencional. Portanto, a principal ameaça à derrota das forças dos EUA reside no uso de abordagens assimétricas, como estratégias de antiacesso<sup>6</sup> (CLIFF *et al.*, 2007).

Nesse contexto, de forma ainda mais explícita, o relatório do Painel de Defesa Nacional do *Department of Defense* (DoD) dos EUA, de maio de 1997, reconheceu a ameaça assimétrica e, por conseguinte, o antiacesso, como um desafio operacional futuro para as Forças Armadas dos EUA. Nos diz o documento:

[...] um adversário, em última instância, que enfrenta uma guerra convencional com os Estados Unidos, também pode empregar meios assimétricos para atrasar ou negar o acesso dos EUA a instalações críticas; interromper nossas redes de comando, controle, comunicações e inteligência; dissuadir aliados e potenciais parceiros de coalizão de apoiar a intervenção dos EUA; ou infligir baixas maiores do que o esperado nos EUA na tentativa de enfraquecer nossa determinação nacional (COHEN, 1997, p. 4, tradução nossa)<sup>7</sup>.

<sup>5</sup> Para efeitos deste trabalho, será adotado o conceito de estratégia geral de Castex, o qual designa a estratégia como a arte de conduzir, em tempo de guerra e em tempo de paz, o conjunto de forças e meios de luta de uma nação (CASTEX, 1931, *Théories stratégiques*, v. I, p. 251 *apud* COUTAU-BÉGARIE, 2010 p. 63).

<sup>6</sup> Segundo Tangredi, as estratégias antiacesso e negação de área, às vezes, são apresentadas separadamente ou de modo combinado como antiacesso/negação de área ou abreviadas como A2/AD, exprimindo o mesmo sentido (TANGREDI, 2013, p. 11). Para efeitos deste trabalho, traremos as definições de modo separado somente por uma questão de organização didática e, em seguida, passaremos a utilizar a estrutura combinada.

<sup>7</sup> No original: “an adversary ultimately faces a conventional war with the United States, it could also employ asymmetric means to delay or deny U.S. access to critical facilities; disrupt our command, control, communications, and intelligence networks; deter allies and potential coalition partners from supporting U.S. intervention; or inflict higher than expected U.S. casualties in an attempt to weaken our national resolve”.

Essa constatação é corroborada por Tangredi. Para ele, um conceito independente de antiacesso começou a ganhar adesão entre os pensadores navais aproximadamente na mesma época em que ocorreram as operações *Desert Shield* e *Desert Storm*<sup>8</sup>, a dissolução do Pacto de Varsóvia e a implosão soviética. A Estratégia Marítima adotada até então foi claramente superada, e a Marinha passou a articular sua capacidade expedicionária e realizar intervenções nas diversas crises regionais (TANGREDI, 2013).

Para Krepinevich, Watts e Work (2003), as angústias dos estrategistas estadunidenses passariam realmente a se concretizar, principalmente após essas avassaladoras ações dos EUA na Guerra do Golfo (1990-1991), as quais romperam a complacência de seus adversários em potencial, tais como China, Coréia do Norte e o próprio Irã em menor escala. Como resultado, essas nações passariam a buscar métodos para se contraporem ao poderio das forças dos EUA (KREPINEVICH; WATTS; WORK, 2003).

Dentro dessa perspectiva, Freedman assinala que, à medida que a China crescia economicamente, sua marinha também se fortalecia como a manifestação mais palpável de sua força, representando um desafio de curto prazo para os EUA em termos de sua capacidade de afirmar a liberdade de navegação e, a longo prazo, para ajudar seus aliados (FREEDMAN, 2017).

Portanto, a nova conjuntura trouxe à tona um hodierno conceito estratégico, que logicamente tem raízes nos pensamentos estratégicos clássicos<sup>9</sup>. Apesar das iniciativas de Krepinevich, Watts e Work, precursores na difusão do novo conceito por meio do *Center for Strategic and Budgetary Assessments* (CSBA)<sup>10</sup> desde o início da década de 1990, conforme assinala Tangredi, somente em 2012, após mais de uma década de uso nos círculos políticos, foi estabelecida uma definição militar formal para ambos os termos por meio da publicação do *Joint Operational Access Concept* (JOAC) – um documento político aprovado pelo presidente do *Joint Chiefs of Staff*, que descreve uma visão de resposta de força conjunta contra os desafios A2/AD (TANGREDI, 2013).

---

<sup>8</sup> Operações militares realizadas pelas tropas da coalizão lideradas pelos EUA contra as tropas iraquianas durante a Primeira Guerra do Golfo (1990-1991).

<sup>9</sup> A ideia de negação de acesso encontra respaldo em diversos eventos históricos, tais como: as Guerras Médicas entre Gregos e Persas (500-448 a.C.), a Grande Muralha da China, a Linha *Maginot* e o próprio conceito de negação do uso mar cunhado por Julian Corbett. Todavia, para efeitos deste trabalho, este autor se ateve a analisar o pensamento moderno da estratégia A2/AD, atrelado, principalmente, ao desenvolvimento de tecnologias de longo alcance a partir da Guerra-Fria (1947-1991).

<sup>10</sup> O CSBA é um *think tank* independente, sem fins lucrativos, com sede em Washington, D.C., especializado em política de defesa dos EUA, planejamento de forças e orçamentos.

Desse modo, à luz da descrição contemporânea do JOAC, entende-se como A2: “capacidades, geralmente de longo alcance, projetadas para impedir que uma força opositora entre em uma área operacional” (EUA, 2012, p. 40, tradução nossa)<sup>11</sup>. Em complemento, qualifica-se como AD: “capacidades, geralmente de alcance mais curto, projetadas não para manter o inimigo afastado, mas sim para limitar sua liberdade de ação dentro da área operacional” (EUA, 2012, p. 40, tradução nossa)<sup>12</sup>.

Pelas ideias apresentadas, aduzimos que o desenvolvimento do conceito de A2/AD está ligado ao contexto geopolítico e às mudanças na distribuição de poder global. À medida que novos atores surgem e os desafios à segurança aumentam, a estratégia A2/AD tem sido concebida como um meio para equalizar a disputa e fortalecer as capacidades defensivas.

Com efeito, o conceito estratégico A2/AD foi cunhado por estrategistas dos EUA e por seus aliados. Todavia, a concepção estratégica pode encontrar ressonância em qualquer nação que se proponha a empregar métodos e meios com o propósito de obstar a entrada de uma força oponente na região em disputa ou coibir a livre operação do atacante dentro da referida região, visando, assim, limitar a maximização de seu poder de combate.

Por fim, podemos constatar, ainda, que a manobra continua a desempenhar um papel fundamental nos métodos doutrinários americanos para a condução de guerras convencionais, sendo o viés expedicionário, a liberdade de ação e a liberdade de manobra capacidades críticas essenciais para a execução bem-sucedida das operações militares. Por conseguinte, a estratégia A2/AD têm como objetivo anular essas capacidades críticas. Oponentes em condições díspares podem valer-se do A2/AD como abordagem assimétrica, visando tanto dissuadir conflitos quanto neutralizar a vantagem competitiva convencional.

Na seção subsequente, nos dedicaremos à abordagem dos princípios basilares que englobam o conceito estratégico até o presente momento tratado.

---

<sup>11</sup> No original: “capabilities, usually long-range, designed to prevent an advancing enemy from entering an operational area”.

<sup>12</sup> No original: “capabilities, usually of shorter range, designed not to keep the enemy out but to limit his freedom of action within the operational area”.

## 2.2 Princípios da estratégia A2/AD

Compreendemos como princípios os pilares fundamentais que estabelecem uma base sólida para a concepção e formulação de teorias, estratégias e práticas. Dessa forma, a identificação dos princípios que compõem a estratégia A2/AD assume relevância, pois contribuirá para o estabelecimento de diretrizes e critérios pelos quais as iniciativas podem ser avaliadas e mensuradas. Uma vez que este trabalho tem por objetivo identificar a aplicabilidade de um conceito estratégico a uma política de defesa de um país, faz-se mister o reconhecimento desses fatores primordiais a fim de permitir uma comparação de modo mais concreto.

De acordo com as observações de Tangredi, negar o acesso ao inimigo é um objetivo inerente a qualquer defensor e deve ser considerado parte essencial de qualquer campanha militar. No entanto, o conceito de A2/AD ultrapassa essa noção ao se destinar especificamente a descrever uma concepção estratégica voltada à defesa contra um oponente que é considerado superior em termos de força ou habilidade nas operações de combate em geral, recorrendo a uma variedade de medidas e abordagens (TANGREDI, 2013).

A partir dessa análise, Tangredi amplia esse entendimento e identifica cinco elementos capitais da estratégia A2/AD que convergem com essa concepção, consolidados da seguinte maneira: a percepção da superioridade estratégica da força atacante; a primazia da geografia como o elemento de atrição para o inimigo; a predominância geral do domínio marítimo como espaço de conflito; a relevância crucial da informação e da inteligência e, em contrapartida, as implicações determinantes da dissimulação operacional; e o impacto determinante de eventos extrínsecos ou eventos não relacionados em regiões externas onde se deseja negar o acesso (TANGREDI, 2013).

Antes de abordarmos esses princípios, é importante ressaltar que, embora possam ser analisados isoladamente, esses fatores não são verdadeiramente independentes. Pelo contrário, eles interagem entre si para moldar o ambiente estratégico, tornando a adoção de uma postura defensiva de negação de acesso uma escolha estratégica coerente. Assim, eles desempenham um papel vital como ingredientes definidores e determinantes tanto no processo de tomada de decisão quanto nos resultados alcançados (TANGREDI, 2013).

No que concerne à percepção da superioridade estratégica da força atacante, segundo

Tangredi, sem ela, não haveria razão para o defensor concentrar seus recursos na negação de acesso a uma determinada região, uma vez que o oponente pudesse ser derrotado em um confronto direto. Sendo assim, a ideia de impedir sua entrada se tornaria uma questão secundária e não mais um fator preponderante da estratégia defensiva (TANGREDI, 2013).

A respeito da primazia da geografia<sup>13</sup>, somos instigados a reconhecer que os acidentes geográficos podem fortalecer o defensor que os controla e tendem a dificultar as ações do oponente que precisa superar tais obstáculos. Explorar esse elemento físico é essencial para a implementação da estratégia A2/AD (TANGREDI, 2013).

O terceiro princípio nos remete ao fato elementar da geografia global de que a maior parte do planeta é oceano. Assim sendo, pensando em operações militares de caráter global, depreende-se a necessidade de que a força atacante transite por regiões marítimas. A capacidade de utilizar porções do globo terrestre é, portanto, a vantagem mais significativa que uma força atacante inter-regional pode possuir e, por outro lado, a capacidade de negar o uso de regiões marítimas a um atacante é um fator dominante no sucesso de uma campanha de negação de acesso. Como resultado, torna-se indissociável a predominância das ações no domínio marítimo como espaço de conflito para aquela força militar que deseja aplicar o conceito estratégico A2/AD (TANGREDI, 2013).

Como quarto elemento, temos a relevância crucial da informação e da inteligência. A coleta, análise e interpretação de informações precisas e atualizadas são essenciais para compreender as intenções, capacidades e movimentos do adversário. Isso permite identificar ameaças em potencial, antecipar seus movimentos, tomar medidas defensivas adequadas, iludir as forças oponentes e, mais do que tudo, proporciona a possibilidade de empreender medidas proativas com o objetivo de obstruir a franca penetração na área a ser negada. A inteligência também auxilia na identificação de vulnerabilidades do adversário, o que pode ser explorado para enfraquecer suas operações (TANGREDI, 2013).

Com relação ao último pilar fundamental, temos o impacto determinante de eventos extrínsecos. Essa questão diz respeito à ocorrência de eventos externos em uma região, desvinculados diretamente do conflito em si, porém exercendo alguma influência sobre as

---

<sup>13</sup> A primazia da geografia utilizada por Tangredi encontra apoio no fator “uso do terreno” da Lei da Superioridade Intrínseca da Defensiva de Clausewitz, pois, ao explorar habilmente o terreno, o defensor pode direcionar as forças inimigas para áreas desfavoráveis, criar obstáculos naturais e estabelecer linhas de defesa sólidas (COUTAU-BÉGARIE, 2010, p. 287).

forças oponentes. Depreende-se que a força que detém uma posição estrategicamente superior estará mais suscetível a tais eventos, uma vez que sua atuação no cenário internacional geralmente é mais abrangente do que a da nação menos poderosa. Nesse contexto, iniciativas em outras áreas podem ser empregadas, tais como nas relações diplomáticas, econômicas, assim como outras atividades de cunho político e até mesmo cultural. Isso torna evidente a multidisciplinaridade de ações desenvolvidas na aplicação da estratégia A2/AD (TANGREDI, 2013).

Ao analisar os princípios que conformam a estratégia A2/AD, podemos constatar que existe uma intensa interdependência entre eles, mostrando como atuam em conjunto para moldar o ambiente estratégico onde se deseja atuar. Apesar de distintos, todos apontam para o objetivo maior de negação de acesso. Ademais, pelas ideias apresentadas, entendemos que a sustentação do conceito só pode ocorrer caso esses elementos encontrem-se presentes, em menor ou maior proporção.

Em que pese os princípios já nos proporcionem uma visão ampla de como pode ser implementada uma estratégia A2/AD e quais características são inerentes a tal conceito, esses elementos são por demais abrangentes e ainda carecem de uma maior objetividade em relação a como e por quem tais ações podem ser desenvolvidas. Diante disso, buscaremos na próxima seção descrever os métodos e os meios a serem empregados na negação de acesso, orientados pelos princípios até aqui desenvolvidos.

### **2.3 Métodos e meios de emprego**

Segundo o professor Arthur Lykke, para compreendermos um processo estratégico, é necessário identificar como (*ways* ou métodos) as lideranças podem se valer do poder (*means* ou meios) de que dispõe o Estado, a fim de alcançar os objetivos definidos pela política estatal (*ends* ou fins)<sup>14</sup> (LYKKE, 1989).

---

<sup>14</sup> Nesta seção, serão abordados somente os dois elementos iniciais, métodos e meios, do conceito estabelecido pelo professor Arthur Lykke. Entretanto, no capítulo três, essa concepção será importante em sua totalidade, pois abordaremos os objetivos estratégicos da Austrália, assim como os métodos e meios utilizados para a sua consecução.

Conforme sugere Lykke, os métodos são os diferentes caminhos escolhidos para alcançar os resultados desejados, englobando ações militares, diplomáticas, econômicas, entre outras. Por outro lado, os meios referem-se aos recursos e capacidades disponíveis para executar as ações necessárias. Isso pode incluir forças militares, equipamentos e tecnologias (LYKKE, 1989).

Valendo-se dessa estrutura, buscaremos compreender e caracterizar a estratégia A2/AD, por meio de seus componentes no nível operacional. De acordo com o descrito no JOAC, as principais capacidades A2 incluem uma variedade de mísseis balísticos e de cruzeiro lançados por superfície, ar e submarinos; sistemas de reconhecimento e vigilância de longo alcance, incluindo satélites, aeronaves e radares baseados em terra e navios; armas antissatélite cinéticas e não cinéticas capazes de desabilitar sistemas espaciais vitais; forças submarinas capazes de interditar linhas de comunicação marítimas; capacidades de ataques cibernéticos projetadas para perturbar sistemas de comando e controle e infraestruturas críticas, tanto civis quanto militares; e forças de operações especiais capazes de ações diretas e guerras não convencionais nas proximidades da área operacional (EUA, 2012).

De acordo com o mesmo documento, as principais capacidades AD englobam forças aéreas e sistemas de defesa aérea, tanto fixos quanto móveis, projetados para negar a superioridade aérea local; mísseis antinavio de curto alcance e submarinos que empregam torpedos avançados para negar a superioridade marítima na área de interesse; mísseis, artilharia, foguetes e morteiros guiados com precisão; armas químicas e biológicas para negar o uso de áreas específicas; capacidades de ataque cibernético e eletrônico para degradar, neutralizar ou destruir o comando e controle na área operacional; minas terrestres e navais capazes de fechar rapidamente estreitos, passagens terrestres, longos trechos de litoral ou aeródromos; embarcações pequenas armadas e carregadas de explosivos em águas costeiras e estreitos congestionados e restritos; forças de manobra terrestres; forças de operações especiais capazes de ações diretas e guerras não convencionais na área de interesse; sistemas não tripulados, como aeronaves não tripuladas e veículos submarinos não tripulados, para fornecer coleta de inteligência ou realizar ataques na área de interesse (EUA, 2012).

Nesse sentido, Krepinevich, Watts e Work destacam, ainda, outros pontos de igual relevância, ao incluir a negação de acesso político, por meio do estabelecimento de alianças; a utilização de santuários, ao posicionar forças militares em bairros não combatentes ou próximos a marcos culturais, ou ao empregar bloqueadores de GPS; o emprego de tecnologia

*stealth*; e a realização de operações de informação<sup>15</sup> (KREPINEVICH; WATTS; WORK, 2003).

Isso posto, podemos constatar que os métodos e meios encontram-se entrelaçados para a consecução dessa estratégia. Em termos de métodos, a estratégia A2/AD pode se valer de uma coleção de iniciativas em diversos níveis, o que dificulta sua tipificação, mas a negação é o ponto de convergência. Ainda assim, é importante que essas ações sejam orientadas por princípios específicos para que permitam caracterizar o emprego de um conceito estratégico. Uma ação por si só, sem estar balizada por preceitos, não tem como ser correlacionada a uma concepção teórica. Para o caso da estratégia A2/AD, esses preceitos foram descritos na seção anterior.

Dessa feita, entendemos que os princípios desempenham um papel fundamental na forma como a estratégia será implementada, ou seja, a definição do método em uso. Por isso, será à luz deles que verificaremos mais adiante a congruência das ações empregadas em nosso objeto de pesquisa. Além disso, por abarcar múltiplas manifestações do poder nacional, depreendemos que essa estratégia ostenta uma genuína consonância com o conceito de Estratégia Geral de Castex, porquanto se estende desde períodos de paz até a desenvoltura de um conflito.

Já em termos de meios, não obstante a preeminência do ambiente marítimo, conforme salienta um dos seus princípios basilares, a estratégia A2/AD demanda uma sinergia entre as distintas instituições militares da nação, em que cada uma delas desempenha uma função primordial, variando de acordo com a proximidade do alvo almejado pelo adversário, gerando a necessidade de defesas em camadas.

É notável, também, constatar que, apesar de sua orientação defensiva, é possível discernir que tais meios podem ser empregados igualmente com uma inclinação ofensiva. O emprego dessas capacidades, por sua vez, está intrinsecamente vinculado ao pensamento estratégico global do Estado detentor. Caso sejam empregadas em missões ofensivas, o desenvolvimento e a aquisição de capacidades A2/AD podem preceder a fase de instabilidade da crise, intensificando os riscos de uma escalada do conflito.

---

<sup>15</sup> Segundo a Doutrina Militar Naval, a Operação de Informação é o conjunto de ações coordenadas dirigido para alcançar superioridade no ambiente informacional, por meio da negação, exploração, degradação ou destruição da informação e redes associadas oponentes, reais ou potenciais, enquanto protege suas próprias do ataque adversário. Pode ser desencadeada por meio da operação psicológica e das ações de guerra eletrônica, de guerra cibernética e de despistamento, além de medidas de segurança orgânica e das informações digitais (BRASIL, 2017).

## 2.4 Considerações parciais

Inicialmente, buscamos entender a evolução do conceito da estratégia A2/AD e sua definição contemporânea. Apoiados na visão analítica proporcionada pelas seções anteriores, podemos concluir parcialmente que o conceito atual, apesar de ser uma evolução de ideias clássicas, é uma resposta às mudanças na distribuição de poder global e às ameaças assimétricas enfrentadas inicialmente pelos EUA, a partir do estabelecimento da Guerra Fria.

De fato, a conceituação moderna de A2/AD começou a ganhar adesão entre os estudiosos de assuntos estratégicos no início dos anos 1990, mas só foi formalmente definida em 2012, destacando sua aplicabilidade para países que desejam fortalecer suas capacidades defensivas e neutralizar a vantagem competitiva convencional de forças inimigas.

Em resumo, a estratégia A2/AD busca equalizar as capacidades defensivas contra um oponente considerado superior, negando seu acesso a uma área operacional e limitando sua liberdade de ação. Os princípios desta estratégia incluem a superioridade estratégica da força atacante, o uso da geografia como obstáculo, a preponderância do ambiente marítimo, a importância da informação e da inteligência e o impacto de eventos externos. Esses princípios são fundamentais para a concepção e formulação da estratégia A2/AD, bem como para sua implementação. Ademais, interagem entre si para moldar o ambiente estratégico e justificam a escolha de uma postura defensiva de negação de acesso.

Logo, essa concepção, em virtude dos métodos e meios que pode empregar, efetivamente estabelece o término da supremacia e controle incondicional de uma área de operações, que se torna passageira e restrita a uma região, especialmente quando o terreno proporciona alguma vantagem ao adversário. Além disso, cabe destacar que, apesar de seu enfoque primordial ser defensivo, dada a miríade de ações que pode empreender, revela, ainda, um caráter ofensivo.

Isso posto, passaremos, no próximo capítulo, a analisar a estratégia de defesa australiana a partir de 2013, a fim de permitir uma subsequente correlação com os conceitos teóricos tratados até esse ponto.

### 3 ESTRATÉGIA DE DEFESA AUSTRALIANA

Após o delineamento do arcabouço teórico da estratégia A2/AD, direcionaremos nosso enfoque sobre o modelo adotado pela Austrália. Pretendemos, então, analisar as características principais, capacidades atuais e futuras, além de reconhecer suas eventuais limitações, com o objetivo de contribuir para a posterior reflexão acerca da hipótese de pesquisa.

Dessa maneira, o presente capítulo será segmentado em seis seções. Na primeira parte, apresentaremos um resumo histórico da estratégia de defesa australiana a partir de 2013; na segunda, buscaremos identificar o entorno estratégico australiano e sua inerente relevância para a defesa nacional; a terceira parte será dedicada à abordagem dos objetivos estratégicos atuais delineados nos documentos de alto nível do DoD; na quarta seção, exporemos os recursos atualmente disponíveis nas Forças Armadas australianas; na penúltima seção abordaremos as iniciativas para o desenvolvimento das capacidades futuras; e, por fim, serão formuladas algumas conclusões.

#### 3.1 Breve histórico da estratégia de defesa australiana - um período de mudanças

Conforme avalia Adam Lockyer<sup>16</sup>, o início do novo século trouxe mudanças significativas, principalmente no que concerne ao deslocamento do poder econômico e militar da Europa para Ásia (LOCKYER, 2017). Tal afirmação é corroborada pelos dados apresentados no Balanço Militar de 2013 do *International Institute for Strategic Studies*, que indicam que o ano de 2012 marcou um momento crucial no Sistema Internacional, quando a Ásia passou a gastar mais em defesa<sup>17</sup> do que a Europa pela primeira vez na era moderna (IISS, 2013).

---

<sup>16</sup> O Doutor Adam Lockyer é professor sênior de estudos de segurança na Universidade Macquarie. Ele também é pesquisador associado no *United States Studies Centre*. Ocupou cargos no *United States Studies Centre* na Universidade de Sydney, no *Center for Strategic and International Studies* em Washington, DC, e passou quatro anos servindo no Exército Australiano.

<sup>17</sup> De acordo com o Balanço Militar de 2013, os gastos asiáticos com defesa alcançaram US\$ 287,4 bilhões em 2012, enquanto a Europa, por meio da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), gastou US\$ 262,7 bilhões no mesmo período (IISS, 2013, p. 33).

Nessa mesma conjuntura, de acordo com as perspectivas de Hugh White<sup>18</sup>, o progressivo desenvolvimento chinês ao longo desse período tem ocasionado uma transformação na configuração estratégica do continente asiático e, por conseguinte, a preponderância futura dos EUA e seus parceiros na região não pode ser presumida como assegurada (WHITE, 2019).

Além disso, White destaca que, apesar de historicamente o objetivo central da política de defesa australiana ter sido de construir sua capacidade de apoiar os EUA em um conflito contra uma grande potência, bem como de ser apoiado por seu tradicional aliado, as duas últimas décadas têm revelado a necessidade premente de uma reformulação estratégica da Austrália para que se adapte melhor aos desafios de uma Ásia cada vez mais contestada (WHITE, 2019).

As perspectivas apresentadas por White contribuem para o entendimento na mudança do posicionamento estratégico da Austrália ao analisarmos os *Defence White Papers* publicados em 2013 e 2016, além do *Defence Strategic Update 2020* e do *Defence Strategic Review 2023*. A versão de 2013, apesar de já reforçar a importância crucial das relações entre EUA e China para a estabilidade do ambiente estratégico no Pacífico, destacava como objetivo estratégico fundamental a defesa da Austrália contra agressões diretas sobre o seu próprio território (AUSTRÁLIA, 2013).

Não obstante, o mesmo documento salientou que a modernização militar regional, baseada no desenvolvimento econômico, indicava que mais países seriam capazes de projetar poder de combate de forma ampla nos cinco domínios: marítimo, terrestre, aéreo, espacial e cibernético. Dessa feita, tecnologias emergentes e disruptivas estariam sendo rapidamente traduzidas em capacidades militares (AUSTRÁLIA, 2013).

Um marco significativo nessa trajetória foi a publicação do *Defence White Paper 2016*, que revisou e atualizou a estratégia de defesa anterior. Esse documento reconheceu as mudanças substanciais no ambiente estratégico global e estabeleceu uma nova abordagem para fortalecer a segurança e a estabilidade da Austrália e da região (AUSTRÁLIA, 2016).

Uma das principais diferenças de postura no documento de 2016 foi a percepção de

---

<sup>18</sup> Hugh White é Professor Emérito de Estudos Estratégicos na *Australian National University* e atuou como alto funcionário no Departamento de Defesa australiano de 1995 a 2000. Foi primeiro Diretor do *Australian Strategic Policy Institute* (ASPI). Além disso, foi o principal autor do Livro Branco de Defesa da Austrália de 2000.

que a possibilidade de invasão ao continente havia se tornado mais remota, pois a ameaça de uso da força militar ou coerção contra a Austrália não exigiria a violação de seu território. Segundo o documento, mais países estariam aptos a projetar poder de combate em distâncias maiores, inclusive contra as linhas de comunicação marítima, vitais para a prosperidade econômica da nação. Além disso, realçou que a guerra cibernética não estaria limitada pela geografia e o surgimento da "era dos mísseis"<sup>19</sup> na guerra moderna, reduziu radicalmente as vantagens geográficas da Austrália, eliminando o conforto da distância que sempre lhe foi favorável (AUSTRÁLIA, 2016).

Nesse contexto, a partir de 2016, as Forças de Defesa Australianas (FDA) deveriam ser estruturadas em torno das seguintes competências prioritárias: inteligência, vigilância, reconhecimento, domínio espacial, guerra eletrônica e segurança cibernética, com ênfase no ambiente marítimo. Adicionalmente, o desenvolvimento de capacidades na área de mísseis de longo alcance, assim como o reforço de sua força de submarinos, se mostrava premente (AUSTRÁLIA, 2016).

Em 2020, o *Defence Strategic Update* replicou os objetivos estratégicos trazidos em 2016. Contudo, de modo mais contundente que o documento anterior, passou a apresentar a proteção das Linhas de Comunicação Marítima (LCM) e a presença das FDA de modo preemptivo em sua Zona Econômica Exclusiva como fatores essenciais para a segurança nacional do país (AUSTRÁLIA, 2020a).

Por fim, recentemente, o *Defence Strategic Review 2023*<sup>20</sup>, com base na reavaliação do ambiente estratégico, trouxe de maneira explícita a recomendação para que o governo australiano passasse a adotar uma estratégia de negação, focada no desenvolvimento de capacidades de A2/AD (AUSTRÁLIA, 2023d).

Levando-se em conta o que foi apresentado, aduzimos que o rápido crescimento econômico e militar chinês, somado aos constantes avanços de outras potências regionais em recursos militares, impulsionam a crescente percepção da necessidade de adequação da

---

<sup>19</sup> Termo usado para descrever uma mudança significativa na guerra caracterizada pela proliferação e avanços em armas de longo alcance e de precisão, especialmente mísseis. Essa mudança tem sido reconhecida e discutida por analistas militares, estrategistas e especialistas no campo de estudos de defesa.

<sup>20</sup> O *Defence Strategic Review 2023* foi lançado em abril de 2023, durante o desenvolvimento deste trabalho. Cabe destacar que o documento indica uma orientação para o Governo australiano e, apesar de corroborar com o objetivo desta pesquisa, não indica categoricamente que a implementação da estratégia A2/AD está concretizada. Permanece a necessidade do levantamento de elementos factuais, existentes ou em desenvolvimento, nas FDA que permitam mensurar essa circunstância.

estratégia de defesa australiana ao novo contexto do Sistema Internacional.

Além disso, apesar dos documentos citados indicarem a persistente necessidade de aliança com os EUA, ao que tudo indica, os australianos tornaram-se mais cômicos de seu papel como potência intermediária, que, com o objetivo de garantir seus interesses, precisam valer-se de uma capacidade de defesa cada vez mais autóctone, polivalente e moderna, capaz de negar a iniciativa das ações a outros atores.

É relevante observar que essa vigente posição estratégica já nos remete a um novo método. Esse novo caminho visa ao impedimento não só de um ataque deliberado contra o país, mas também da execução de ações nas proximidades de seu território, que possam interferir nos seus interesses, corroborando com a ideia do desenvolvimento de uma defesa em profundidade, isto é, agir antecipadamente contra uma força militar superior, impedindo que tais elementos se aproximem de seu entorno estratégico.

Ademais, como se infere pela aspiração em desenvolver mísseis de longo alcance e submarinos, mesmo com o pensamento precípua de defesa, os australianos não descartam a necessidade de uma postura mais ofensiva para atingir seus objetivos, dada a característica natural dessas armas.

### **3.2 O entorno estratégico da Austrália**

Segundo o pensamento de White, o fato de a Austrália ser uma ilha de proporções continentais lhe proporciona uma barreira natural facilmente defendida e reduz substancialmente a suscetibilidade de investidas diretas (WHITE, 2019).

Ainda segundo o autor, outra condicionante importante para o entendimento do entorno estratégico australiano se deve ao fato do país encontrar-se cercado por outros Estados insulares. Portanto, eles também desfrutam das vantagens defensivas proporcionadas pela geografia, o que dificulta para agressores distantes se aproximarem das costas australianas por meio de territórios vizinhos (WHITE, 2019).

Essas duas constatações nos levam a conclusões sumárias. Em primeiro lugar, a geografia é extremamente relevante para a Austrália; além disso, é difícil dissociar qualquer articulação estratégica defensiva para o país sem considerar cuidadosamente o ambiente

marítimo. Outrossim, Lockyer admite que a junção desses fatores geográficos indica em qual região a Austrália deveria focar-se estrategicamente. Para ele, o “*air-sea gap*”<sup>21</sup> é a região através da qual, ou a partir da qual, um ataque militar convencional ao continente é mais provável de se originar, sendo, então, um ponto primordial a ser defendido (LOCKYER, 2017).

Fundamentados nessa breve análise, somos impelidos a questionar se de fato a Austrália tem focado sua estratégia de defesa valendo-se dessas características e nessa área crucial. Segundo Lockyer, essas percepções se manifestam na mente dos australianos de duas maneiras aparentemente contraditórias. Mesmo vivendo em uma ilha, os australianos historicamente têm um profundo senso de vulnerabilidade. Essa ansiedade de segurança se manifestou de forma mais evidente no desejo da Austrália de se alinhar estreitamente com um grande e poderoso parceiro: primeiro o Reino Unido e depois os EUA. Por outro lado, os australianos se sentiam confortáveis em gastar relativamente pouco em sua defesa, presumivelmente porque não viam nenhuma ameaça militar convencional imediata e, portanto, acreditavam que uma pequena força de defesa seria adequada (LOCKYER, 2017).

Dentro dessa perspectiva, podemos perceber um processo evolutivo também nesse sentido. A partir de 2013, o entorno estratégico australiano passou a ser definido como toda a área do Indo-Pacífico. Essa visão encontrava-se atrelada, principalmente, à identificação da crescente relevância econômica da região (AUSTRÁLIA, 2013). Posteriormente, em 2016, o enfoque no domínio marítimo passou a ser tratado como essencial para a segurança nacional do país. Adicionalmente, a região circunvizinha que englobava Papua Nova Guiné, Timor Leste e as Ilhas do Pacífico Sul ganharam relevância (AUSTRÁLIA, 2016). Finalmente, em 2023, o entorno estratégico australiano foi estabelecido de forma mais pragmática:

Para o planejamento militar, em termos de nossa geografia estratégica, a área primária de interesse militar para a Defesa Nacional da Austrália é a região imediata que abrange o nordeste do Oceano Índico, passando pelo Sudeste Asiático marítimo até o Pacífico. Essa região inclui nossas margens do norte. (AUSTRÁLIA, 2023d, p. 28, tradução nossa)<sup>22</sup>.

Diante dessas considerações, podemos constatar que a Austrália tem reconhecido a

<sup>21</sup> Conceito estabelecido pelo Professor de estudos estratégicos Paul Dibb (1939-) para definir a área marítima existente entre o norte do território australiano e a cadeia de ilhas do arco indo-pacífico e o arco melanesiano (DIBB, 1986, *apud* LOCKYER, 2017).

<sup>22</sup> No original: “*For military planning, in terms of our strategic geography, the primary area of military interest for Australia’s National Defence is the immediate region encompassing the north-eastern Indian Ocean through maritime Southeast Asia into the Pacific. This region includes our northern approaches*”.

importância de sua geografia e tem adaptado sua visão ao buscar concentrar seus esforços de defesa com ênfase no domínio marítimo e na inclusão de países circunvizinhos em sua área de influência. Ademais, sua recente definição de entorno estratégico encontra coerência com o conceito de "*air-sea gap*".

É oportuno reiterar que a área primária de interesse para a defesa australiana, encontra sobreposição com a região do Arquipélago Malaio, delimitado como o espaço sobre o qual incide o escopo deste estudo.

### **3.3 Objetivos estratégicos - indicação do método e aprimoramento dos meios**

Antes de se definir uma estratégia, é importante saber quais são os objetivos estratégicos da nação, ou seja, os fins a que se refere o professor Arthur Lykke. Como entende White, existem dois elementos capitais para a defesa australiana. O primeiro e mais importante fator estratégico que determina a segurança da Austrália contra ações ofensivas é o equilíbrio militar nas águas e no espaço aéreo que circundam imediatamente o continente, situados entre as costas e o arquipélago ao norte (WHITE, 2019).

O segundo interesse estratégico decorre diretamente do primeiro. O equilíbrio militar nas imediações da Austrália depende de impedir o acesso de um adversário na área entre o Arquipélago Malaio e a margem norte do território australiano. Um oponente com bases próximas à costa — especialmente dentro do alcance de caças sem necessidade de reabastecimento — teria uma capacidade muito maior de derrotar as defesas aéreas e marítimas da Austrália do que aquele que precisa operar de uma distância maior. Portanto, o segundo interesse estratégico da Austrália é negar a qualquer adversário o acesso a essa região (WHITE, 2019).

Essa compreensão também é sustentada por Lockyer ao identificar que, ao longo da história, o objetivo estratégico primordial da Austrália tem sido negar o acesso ao Arco Índico-Pacífico por parte de qualquer potência hostil, mesmo que de maneira inconsciente (LOCKYER, 2017). Em vista disso, em 2016, foram definidos os seguintes objetivos estratégicos para a Austrália: moldar-se ao seu ambiente estratégico, a fim de garantir a estabilidade, a segurança e a soberania em seu entorno estratégico; dissuadir ações contra seus interesses; e responder

com força militar crível, quando necessário (AUSTRÁLIA, 2016).

Em decorrência desses objetivos e devido à percepção da vantagem que seria obtida por uma força atacante superior no interior de seu entorno estratégico, foram definidas prioridades de ações a serem desenvolvidas para que tais fins fossem alcançados, com a aplicação de recursos de maneira ampla (FIG. 2, ANEXO A), no período de 2020 a 2030. De acordo com o *Force Structure Plan 2020*, as prioridades de desenvolvimento se dariam nos cinco domínios, aéreo, terrestre, cibernético, espacial e marítimo, sendo este último o mais expressivo (AUSTRÁLIA, 2020b).

No domínio aéreo, as medidas prioritárias (FIG. 3, ANEXO A) são aprimoramentos em algumas capacidades existentes e investimentos em novos sistemas, incluindo aeronaves remotamente pilotadas e autônomas MQ-9B Sky Guardian; sistema integrado de inteligência, vigilância, reconhecimento e guerra eletrônica com a ampliação da *Jindalee Operational Radar Network* (JORN)<sup>23</sup>; implantação do sistema integrado de defesa aérea e de mísseis; e conclusão do programa das aeronaves F-35A *Lightning II* (AUSTRÁLIA, 2020b).

Quanto às ações no domínio operacional terrestre (FIG. 4, ANEXO A), mister se faz destacar o projeto de aquisição de um sistema de artilharia de foguetes e mísseis de longo alcance (AUSTRÁLIA, 2020b). No ambiente operacional cibernético, as prioridades (FIG. 5, ANEXO A) consistem em ampliação do sistema integrado de Comando, Controle, Comunicações e Computadores (C4) e o fortalecimento da resiliência cibernética, garantindo a operacionalidade das infraestruturas críticas de tecnologia da informação e comunicações sob condições de ataque (AUSTRÁLIA, 2020b).

No que concerne ao domínio espacial<sup>24</sup>, o enfoque das ações (FIG. 6, ANEXO A) engloba a expansão das capacidades atuais de comunicações via satélite e a implementação do sistema de consciência situacional via satélite (AUSTRÁLIA, 2020b).

Finalmente, no domínio marítimo, uma variedade de tecnologias avançadas está sendo implantada, entretanto destacam-se os seguintes programas (FIG. 7, ANEXO A): novos

---

<sup>23</sup> A JORN é uma rede composta por três radares *Over-the-Horizon-Radar* (OTHR) que fornecem vigilância ampla na área ao norte da Austrália (FIG. 8, ANEXO A), em alcances de 1000 a 3000 km. Desempenha um papel vital no apoio às operações aéreas e marítimas das FDA, proteção de fronteiras, auxílio em casos de desastres e operações de busca e resgate (HOLDSWORTH; MULDER; TURLEY, 2022).

<sup>24</sup> Em 01 de julho de 2023, o Comando de Defesa Espacial Australiano foi ativado, constituindo-se de maneira independente, com o objetivo de prover conscientização do domínio e alerta antecipado de mísseis (AUSTRÁLIA, 2023b).

submarinos de ataque<sup>25</sup>, modernização dos submarinos da classe *Collins*, aquisição de novas fragatas da classe *Hunter*, mísseis de curto e longo alcance e um amplo sistema marítimo de Comando e Controle, Comunicações, Computadores, Cibersegurança, Inteligência, Vigilância, Reconhecimento e Guerra Eletrônica (C5ISREW) (AUSTRÁLIA, 2020b).

Isso posto, podemos constatar que os objetivos estratégicos australianos, os quais visam assegurar a estabilidade e soberania da nação, revelam que as FDA devem estabelecer-se de forma eficaz e preponderante nas regiões marítimas adjacentes, impedindo o acesso de adversários nessa região e restringindo sua mobilidade caso ingressem, sendo esse o método a ser adotado. De igual modo, esses objetivos têm moldado as capacidades militares, isto é, os meios do presente e orientado o que se espera deles no futuro.

### 3.4 Capacidades e recursos disponíveis

De acordo com o *ranking 2023 do Global Fire Power*, considerando todos os domínios operacionais, a Austrália ocupa hoje a décima sexta posição em termos de poderio militar. Entretanto, seus investimentos no setor lhe colocam na sexta posição, demonstrando a crescente preocupação do Estado com o contínuo aprimoramento de suas Forças (GLOBAL FIRE POWER, 2023). No que concerne à força naval, *Royal Australian Navy* (RAN) dispõe atualmente de 41 navios (TAB. 1, ANEXO B), entre patrulhas, anfíbios, tanques, hidrográficos, submarinos convencionais de ataque, fragatas, *destroyers*, caça-minas e auxiliares (AUSTRÁLIA, 2023g).

De acordo com o Doutor Marcus Hellyer<sup>26</sup>, a espinha dorsal da força de superfície australianas caberá às fragatas da classe Anzac ainda por um longo período, uma vez que a previsão de baixa dos meios está condicionada à prontificação dos novos navios de superfície

---

<sup>25</sup> Inicialmente, esses submarinos seriam desenvolvidos em parceria com a empresa francesa *Naval Group* e utilizariam propulsão convencional. Entretanto, em 11 de junho 2022, o governo australiano renunciou ao contrato celebrado entre as partes (AUSTRÁLIA, 2022b). Posteriormente, o acordo militar AUKUS, estabelecido entre EUA, Austrália e Reino Unido, revelou que esse projeto seria desenvolvido entre as partes, com o objetivo de dotar a *Royal Australian Navy* (RAN) com submarinos de ataque, só que, dessa vez, com propulsão nuclear (RICARD, 2023).

<sup>26</sup> O Dr. Marcus Hellyer é um Analista Sênior focado em economia de defesa e capacidade militar. Recentemente, atuou como alto funcionário público no Departamento de Defesa australiano, responsável por assessorias sobre investimentos de capitais.

da classe Hunter, com previsão para 2044 (FIG. 9, ANEXO A) (HELLYER, 2021). Todavia, a partir de 2017, os novos *destroyers* da classe Hobart iniciaram suas operações, buscando complementar as ações realizadas pelas fragatas, principalmente no que tange à capacidade de defesa aérea avançada e engajamento multifuncional conseguido por meio do sistema AEGIS (HELLYER, 2021).

Os escoltas australianos seguem em um processo contínuo de modernização, inclusive com a instalação de radares *phased-array* CEAFAAR *long-range air search radar*, nas fragatas da classe Anzac, a fim de se adequarem às vigentes necessidades de se oporem a ameaças em um ambiente complexo, bem como serem capazes de projetar poder a maiores distâncias (HELLYER, 2021).

De modo geral, a esquadra australiana é dotada dos seguintes armamentos em seus navios e helicópteros: AGM-114N *Hellfire - precision air-to-ground anti-ship missile*, RGM-84 *Harpoon Block II - anti-ship cruise missile*, RIM-162 *Evolved Sea Sparrow Missile - surface to air missile* e SM-2 *Standard Missile - surface to air missile* (AUSTRÁLIA, 2023g).

Releva ponderar que se encontra em desenvolvimento o projeto para implementação dos mísseis de longo alcance SM-6 - *over-the-horizon air defense*, inclusive com capacidade de interceptação de mísseis balísticos, nos *destroyers* da classe Hobart (HELLYER, 2021).

No que tange à sua força de submarinos, a RAN recentemente iniciou um vigoroso programa de substituição de seus atuais seis submarinos da classe Collins por novos submarinos de ataque com propulsão nuclear (FIG. 10, ANEXO A). Todavia, como o caminho é longo, os atuais meios passarão por um processo de modernização, que envolve a substituição de seu motor elétrico principal, geradores e sistema de distribuição de energia (HELLYER, 2021). Em relação ao armamento, os submarinos dispõem dos modernos torpedos Mk 48 Mod. 4/6/7 e mísseis Sub Harpoon Block 1B (AUSTRÁLIA, 2023g).

Isso posto, percebe-se que, apesar de dispor de meios de menor envergadura se comparado às grandes potências militares globais, como China, Rússia e EUA, ainda assim a RAN ocupa uma posição relevante no Sistema Internacional. Acrescenta-se a isso o fato da crescente iniciativa para aprimorar seus recursos de longo alcance.

Em relação à sua Força Aérea, considerando sua posição como potência média, a *Royal Australian Air Force* (RAAF) dispõe de meios significativos. Nesse contexto, insere-se a aeronave F-35A, caça *stealth* de 5ª geração, incorporada ao serviço australiano em 2018. O primeiro esquadrão de F-35A tornou-se operacional em 2021, operando, inclusive, o míssil de

médio alcance AIM-120 AMRAAM. Espera-se que todas as 72 aeronaves estejam totalmente operacionais até 2023 (AUSTRÁLIA, 2023e).

A RAAF também possui caças F/A-18 Hornet capazes de realizar ataques aéreos e terrestres e EA-18G Growler habilitados para ações de guerra eletrônica. Para patrulha marítima, utiliza as aeronaves P-8A Poseidon para monitorar e proteger as águas jurisdicionais australianas contra ameaças marítimas (AUSTRÁLIA, 2023e).

Além dessas iniciativas, as FDA reúnem outras capacidades, tais como a JORN; as aeronaves não tripuladas *Scan Eagle* da RAN e MQ-4C Triton da RAAF<sup>27</sup>, que contribuem nas atividades de inteligência, vigilância e reconhecimento; e forças especiais aptas para realizar ações diretas contra objetivos de interesse, que conferem à Austrália um substancial poder para atuar em seu entorno estratégico (AUSTRÁLIA, 2023e).

A despeito dessas competências, a Austrália busca, por meio, de diversos acordos na área de defesa e no campo diplomático, tais como ANZUS<sup>28</sup>, *Quadrilateral Security Dialogue* (QUAD)<sup>29</sup>, *Five Eyes*<sup>30</sup> e o mais recentemente celebrado, AUKUS, robustecer seus atributos no âmbito político e militar.

Acrescenta-se a isso a atuação do país em um amplo espectro das expressões do poder nacional. Em 2017, por meio do *Foreign Policy White Paper*, estabeleceu um conjunto de ações criativas com o objetivo de utilizar seu *soft power* para persuadir e influenciar países na região do Indo-Pacífico, buscando destacar seus pontos fortes em termos de democracia, sólida economia, sociedade multicultural e estilo de vida. O *New Colombo Plan*<sup>31</sup>, a diplomacia por meio do esporte de alto desempenho e o engajamento digital de sua sociedade, a fim de ampliar o alcance de sua política externa, são algumas dessas iniciativas (AUSTRÁLIA, 2017).

<sup>27</sup> A primeira aeronave encontra-se em período de testes junto à Marinha dos EUA. Início da operação na RAAF previsto para o ano de 2024 (BURGESS, 2023).

<sup>28</sup> ANZUS, formalmente conhecido como Tratado de Segurança do Pacífico, é um tratado de segurança entre Austrália, Nova Zelândia e EUA, assinado em San Francisco, Califórnia, em 1º de setembro de 1951. O objetivo do tratado é fornecer ajuda mútua em caso de agressão e resolver disputas por meios pacíficos. Todavia, por conta da política neozelandesa contra armento nuclear, ocasionou a suspensão das obrigações de apoio dos EUA em 1986 (ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA, 2023a).

<sup>29</sup> O QUAD é uma rede diplomática formada por Índia, Japão, Austrália e EUA criada com o propósito de manter um Indo-Pacífico aberto, estável e próspero, que seja inclusivo e resiliente, por meio de ações na política de externa de seus membros (AUSTRÁLIA, 2023a).

<sup>30</sup> O *Five Eyes* é uma aliança de agências de inteligência que surgiu a partir de um acordo entre EUA e Reino Unido no contexto da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e foi ampliado durante a Guerra Fria (1947-1991), incorporando como novos membros Canadá, Austrália e Nova Zelândia (TITO, 2020).

<sup>31</sup> O *New Colomb Plan* consiste em um programa para que milhares de jovens australianos, cerca de 10.000 por ano, estudem e realizem estágios em países do Indo-Pacífico (FIG. 11, ANEXO A), com o fito de criar laços institucionais e interpessoais. Sua origem remonta uma iniciativa do governo australiano da década de 1960.

Em síntese, ainda que seja uma potência militar média, podemos constatar que as FDA desempenham um papel significativo para que a Austrália garanta seus interesses. Constantemente buscando aprimorar suas capacidades, a nação demonstra sua determinação em dispor de meios que sejam capazes de negar o acesso a oponentes em sua circunvizinhança e, caso isso não seja suficiente, ainda possam se valer de suas alianças e *soft power* para exercerem essa negação de acesso, mesmo que de forma política.

### 3.5 AUKUS e demais capacidades futuras

Inserido no contexto do esforço ocidental para se contrapor aos avanços tecnológicos da China, em 15 de setembro de 2021, o presidente dos EUA, Joe Biden, o primeiro-ministro do Reino Unido, Boris Johnson, e o primeiro-ministro da Austrália, Scott Morrison, anunciaram a colaboração trilateral em segurança intitulada AUKUS, tendo como principal iniciativa o fornecimento de submarinos de propulsão nuclear para a Austrália (WHITE HOUSE, 2021).

Essa iniciativa procura aprofundar a cooperação diplomática, de segurança e defesa entre os três países. Também se dedica, de maneira específica, à intensificação da integração nas áreas de ciência e tecnologia relacionadas à defesa, bases industriais e cadeias de suprimentos (WHITE HOUSE, 2021). Grande parte da discussão sobre esse acordo<sup>32</sup> até o momento tem se concentrado no esforço das partes para apoiar a Austrália na aquisição de submarinos de propulsão nuclear armados convencionalmente (CAPLES; GAIDA; CAVE, 2023).

No entanto, outros programas de alta tecnologia, a serem concretizados a longo prazo por intermédio do AUKUS, também apresentam elevado valor estratégico. Com o objetivo de aprimorar a vantagem tecnológica de seus membros por meio do compartilhamento de recursos em áreas avançadas de capacidade militar, como inteligência artificial; computação quântica; tecnologia cibernética; capacidades submarinas, hipersônicas e de guerra eletrônica;

---

<sup>32</sup> Como parte desse acordo, submarinos dos EUA e Reino Unido iniciarão, a partir de 2023, contínuas visitas aos portos australianos, a fim de proporcionarem oportunidades para treinamento aos submarinistas da RAN. Importante destacar que esses meios não serão baseados na Austrália. O acordo prevê, ainda, a venda de pelo menos três, e até cinco, submarinos da classe Virginia dos EUA a partir de 2030. Ademais, envolve o projeto de um submarino completamente novo, de propulsão nuclear e armamento convencional: o SSN-AUKUS, o qual será baseado em um projeto britânico, incorporando tecnologia estadunidense e australiana (MAYHEW, 2023).

e compartilhamento de informações, o acordo promete elevar drasticamente as capacidades militares dessas nações a serem empregadas na região do Indo-Pacífico (CAPLES; GAIDA; CAVE, 2023). Não obstante, além do AUKUS, outras iniciativas encontram-se em curso para a ampliação das competências das FDA:

- Projeto *Southern Cross Integrated Flight Research Experiment* (SCIFiRE), assinado bilateralmente, entre EUA e Austrália, destina-se ao desenvolvimento de mísseis hipersônicos de cruzeiro. Esse novo armamento poderá ser lançado das aeronaves F/A-18F *Super Hornet*, EA-18G *Growler* e F-35A *Lightning II*, assim como dos P-8A *Poseidon* (AUSTRÁLIA, 2023f);

- Aquisição do Kongsberg *Naval Strike Missile* (NSM) para substituir o míssil anti-navio Harpoon nas fragatas da classe Anzac e nos *destroyers* da classe Hobart, a partir de 2024, proporcionará um aumento significativo na capacidade de ataque marítimo da Austrália, mais que dobrando o alcance atual desses navios (AUSTRÁLIA, 2022a);

- Acordo para aquisição do míssil AGM-158B *Joint Air-to-Surface Standoff Missile - Extended Range* (JASSM-ER), que será transportado pelo F/A-18F *Super Hornet* e, eventualmente, pelo caça F-35A *Joint Strike Fighter* (operando em modo não furtivo). Isso permitirá ataques a uma distância de 900 quilômetros (AUSTRALIAN DEFENCE MAGAZINE, 2022);

- Obtenção de minas marítimas para proteger os portos e acessos marítimos da Austrália (AUSTRÁLIA, 2022a);

- Compra de até 220 mísseis de cruzeiro *Tomahawk* para emprego nos meios de superfície da classe Hobart. Com alcance de cerca de 1.500 quilômetros, são capazes de atingir alvos em terra e navios no mar (AUSTRÁLIA, 2023c).

Podemos, então, concluir que o acordo AUKUS somado a esses outros intentos proporcionarão à Austrália a oportunidade de desenvolver uma série de armas e tecnologias avançadas, alavancar seu número de meios, bem como desenvolver seu capital humano nesse processo, reforçando significativamente suas capacidades militares.

### 3.6 Considerações parciais

A estratégia de defesa da Austrália, desenvolvida no período de 2013 a 2023, reflete

um compromisso contínuo em adaptar-se a um ambiente de segurança em constante mudança, tendo como impulso, em grande medida, a crescente influência exercida pela China e os significativos investimentos em defesa de outras potências regionais.

Principalmente a partir do *Defence White Paper* 2016, a Austrália estabeleceu uma visão clara de suas prioridades e objetivos estratégicos, enfatizando o fortalecimento de suas capacidades de defesa, indicando que seu método necessitava ser ajustado, após a percepção de que sua atuação deveria se dar por meio de ações que impedissem o acesso de oponentes em seu entorno estratégico.

Tudo indica que os australianos adquiriram uma consciência aprofundada de sua relevância como uma potência de porte intermediário, compreendendo a necessidade de adaptar-se não apenas para reagir a eventuais agressões diretas a seu território, mas, de forma resoluta, assumir uma postura estratégica que tire proveito de suas vantagens geográficas. Além disso, embora reconheçam que sua parceria estratégica com os EUA seja de extrema importância, os australianos têm buscado uma maior independência, sem, no entanto, desconsiderar o apoio de seu principal aliado.

Nesse contexto, a percepção do entorno estratégico tem passado por sucessivos ajustes ao longo do tempo e a última definição conferiu uma relevância significativa ao ambiente marítimo. Outro aspecto de suma importância reside na convergência dos objetivos estratégicos australianos para a adequação de suas forças nessa esfera.

Em que pese as FDA já possuírem capacidades substanciais para se oporem a potenciais ameaças que almejem obter livre acesso à região do Arquipélago Malaio, os objetivos estratégicos têm norteado as prioridades de ações a serem empreendidas no âmbito da defesa, incluindo o desenvolvimento de mísseis de longo alcance e o aprimoramento das capacidades de inteligência, vigilância e reconhecimento, de forma a adaptar as forças à nova realidade de emprego.

Ao que parece, a Austrália trilha um caminho de reafirmação, no qual se reconhece como uma potência intermediária consciente de sua relevância geopolítica, capaz de adaptar-se proativamente ao novo cenário internacional, aproveitando seus recursos e vantagens geográficas para salvaguardar seus interesses e promover a estabilidade em sua região de influência. Valendo-se dessas constatações, passaremos, no próximo capítulo, ao confronto com os aspectos teóricos descritos no capítulo dois.

## **4 O EMPREGO DA ESTRATÉGIA A2/AD PELA AUSTRÁLIA**

O presente capítulo tem como propósito estabelecer uma conexão entre os conceitos teóricos descritos anteriormente com as evidências coletadas sobre a estratégia em curso na Austrália, visando averiguar se as ideias abstratas do A2/AD encontram aplicação efetiva no modelo atual australiano.

Dessa forma, buscaremos realizar o confronto das ideias nas primeiras duas seções a seguir. Na primeira parte, abordaremos a adequabilidade dos métodos australianos na implementação do conceito de A2/AD e, na segunda, faremos essa análise para os meios. Em seguida, na terceira seção, destacaremos os hiatos para a completa implementação da concepção estratégica em questão. Na quarta parte, à luz dos aspectos tratados na seção anterior, apresentaremos quais seriam as contribuições do Acordo AUKUS no desenvolvimento de meios que podem ser empregados pela Austrália nesse contexto e outras iniciativas de melhorias. Por fim, na quinta seção, faremos uma síntese dos principais aspectos abordados.

### **4.1 Métodos australianos adequados à estratégia A2/AD**

À luz dos aspectos constatados sobre as mudanças na concepção estratégica australiana a partir de 2013, passaremos agora a buscar as possíveis aderências. Como mencionamos no capítulo dois, embora o método A2/AD tenha como ponto focal a negação de acesso e utilize diversas ações para isso, haveria a necessidade de identificar a congruência dessas ações a serem desenvolvidas com os princípios descritos por Tangredi para que pudessemos concluir de forma apropriada.

Sendo assim, faremos uma avaliação entre a nova perspectiva de emprego estratégico das FDA, destacada nos documentos no âmbito do DoD, com os princípios da estratégia A2/AD.

Seguiremos uma análise sequencial sobre cada um dos cinco elementos capitais: a percepção da superioridade estratégica da força atacante; a primazia da geografia como o elemento de atrição para o inimigo; a predominância geral do domínio marítimo como espaço

de conflito; a relevância crucial da informação e da inteligência, e, em contrapartida, as implicações determinantes da dissimulação operacional; e o impacto determinante de eventos extrínsecos ou eventos não relacionados em regiões externas onde se deseja negar o acesso.

Antes de mais nada, é interessante consignar que a própria conceituação da estratégia A2/AD surge em decorrência das transmutações na distribuição do poder global e das ameaças assimétricas que se apresentaram primordialmente diante dos EUA. No âmbito dessa circunstância, podemos perceber não uma aderência, mas, sim, uma auspiciosa sincronia, visto que a própria mudança de postura estratégica empreendida pela Austrália foi decorrente desse mesmo discernimento.

Passando a percepção da superioridade estratégica da força atacante, fica evidente que a instabilidade criada pelo pujante crescimento econômico e militar da China nos últimos anos ocasionou uma compreensão de que a Austrália, em breve, deveria estar pronta para se contrapor a esse avanço. Inclusive, caso desejasse manter firmes seus interesses para garantir não só a segurança, mas o contínuo desenvolvimento da nação, deveria reagir de modo célere.

Ao compreender essa condição de inferioridade, sendo uma potência média, não deveria se apequenar frente à ameaça aos seus interesses, mas deveria buscar um modo de se reinventar em termos estratégicos, encontrando um caminho para se contrapor a uma grande potência. Sendo assim, fica evidente a conexão desse elemento com a nova concepção estratégica australiana.

Sobre a primazia da geografia, o vínculo é direto. O fato de ser um Estado insular, cercado por outros Estados com características similares em sua margem norte, tem corroborado, inclusive, com a visão objetiva de entorno estratégico publicada recentemente. O “*air-sea gap*” existente entre o Arquipélago Malaio e a margem norte da Austrália passou a orientar nitidamente o posicionamento australiano, em termos de impedir o acesso a essa região, bem como de valer-se dessas características para uma proteção antecipada.

Por adição, o discernimento dessa configuração geográfica singular tem oferecido à Austrália uma vantagem estratégica, permitindo que ela capitalize o amparo natural oferecido pelo oceano e estabeleça uma abordagem de defesa abrangente, multifacetada e proativa. A geografia habilita os australianos a valer-se de uma combinação de sistemas de defesa de longo e médio alcance para implementarem uma série de camadas protetivas, que, para um oponente, transformam-se em uma série de obstáculos a serem transpostos em múltiplos

domínios.

Em termos da predominância geral do domínio marítimo como espaço de conflito, para o contexto australiano muito se deve também à própria questão geográfica. Pelo fato de ser uma ilha, o mar se transforma em condição *sine qua non*, não só para o desenvolvimento, mas também para a própria sobrevivência, haja vista a dependência da fluidez das LCM e o acesso aos recursos presentes em sua vasta Zona Econômica Exclusiva.

Podemos, portanto, constatar que a aderência desse elemento é plena e quase intrínseca à evolução da concepção estratégica em questão. Isso porque esse ambiente marítimo, além de ser fonte de riqueza, permite o emprego de componentes defensivos, a fim de desempenharem uma função preponderante na dissuasão de ameaças e na obstrução do acesso por parte de potenciais adversários.

Em relação à importância da informação, inteligência e dissimulação, ao examinarmos o ambiente estratégico australiano como um cenário cada vez mais contestado, percebemos que a capacidade de possuir consciência situacional e impedir que um potencial adversário a obtenha se torna essencial. Por essa razão, a Austrália, principalmente a partir de 2016, realinhou o processo de estruturação de suas forças militares, priorizando os pilares da inteligência, vigilância, reconhecimento, domínio espacial, guerra eletrônica e segurança cibernética.

De igual modo, a participação do país em uma aliança como o *Five Eyes*, apesar de não ter sido estabelecida recentemente, ainda assim demonstra o interesse contínuo australiano no ambiente informacional. Por tudo isso, podemos também observar aderência com esse elemento.

Por último, quanto aos eventos extrínsecos ou eventos não relacionados à região em que se deseja negar, constatamos que, em que pese existirem ações independentes da Austrália em atuar por meio de outras expressões do poder nacional para influenciar países circunvizinhos, dispendo inclusive de uma política externa explícita nesse sentido, ainda assim, entendemos que essa atividade se torna pouco efetiva.

Isso se deve ao fato de que grandes potências como EUA e China realizam esse mesmo tipo de ação na região e, por disporem de uma ação mais robusta e holística, exercem seu *soft power* com maior predominância.

Contudo, suas outras iniciativas conjuntas no campo diplomático, como o QUAD, podem produzir resultados mais significativos no futuro. Por esses motivos, a despeito da

existência das referidas medidas, entendemos que esse elemento ostenta menor aderência, ao menos por enquanto.

É notório que, ao agruparmos esses princípios, somos capazes de identificar que a partir do momento em que a Austrália toma consciência da crescente instabilidade na região do Indo-Pacífico, inicia um processo de reorientação do seu método no processo estratégico. Emerge, então, uma alteração na postura de como se defender, passando de uma ideia de ataque direto ao território para a negação de amplo espectro, necessitando de uma cooperação entre diversas esferas do poder nacional, das próprias forças armadas e até mesmo de alianças.

Nesse ponto, revela-se intrigante observar que, apesar da busca por uma estratégia independente, não se trata de um completo descarte do alinhamento com uma potência superior, como os EUA, no que diz respeito à orientação estratégica. De fato, as alianças em diferentes áreas, como pudemos constatar, não foram de forma alguma negligenciadas. Pelo contrário, essas alianças foram estabelecidas e têm a capacidade de contribuir significativamente para a consecução dos objetivos estratégicos estabelecidos pela Austrália.

Assim sendo, esse aspecto, aos nossos olhos, assume uma relevância considerável, configurando-se como uma particularidade notável no contexto da implementação da estratégia A2/AD pelo país. Não se trata de uma renúncia à sua autonomia por parte dos australianos, mas sim de um reconhecimento pragmático do valor e benefício proporcionados por relações de cooperação e colaboração estabelecidas com parceiros internacionais, que podem complementar áreas em que os australianos não possuem todas as capacidades requeridas para impedir o acesso e dificultar a mobilidade de um ator adverso no interior do Arquipélago Malaio.

Sendo assim, no que concerne aos métodos, conforme proposto por Lykke, deduzimos que essa adaptação australiana, ainda que em nosso entendimento não possua pleno alinhamento com o quinto elemento capital da teoria, revela que o país caminha para o emprego da estratégia A2/AD. Todavia, para que esse processo se concretize, os “meios” precisam ser adequados. Portanto, passaremos a seguir a essa análise.

## 4.2 Recursos australianos adequados à estratégia A2/AD

Ao compreender a importância de proteger sua área focal, as FDA têm investido principalmente em capacidades avançadas de defesa aérea e marítima. O governo australiano tem se empenhado em obter sistemas e tecnologias que fortaleçam sua capacidade de detectar, acompanhar e neutralizar quaisquer incursões hostis em sua área de interesse.

Os investimentos foram abrangentes e muitos empreendimentos foram concretizados, embora outros permaneçam em andamento. Para efeitos de nossa análise, utilizaremos apenas aqueles que estão prontos para serem empregados.

Sendo assim, dividiremos nossa apreciação em duas partes. Inicialmente, discorreremos sobre aqueles meios relacionados ao A2. Por fim, trataremos das capacidades associadas à AD.

No que diz respeito ao A2, encontramos conexão nos esforços australianos para a contínua melhoria de seu sistema de radares de longo alcance baseados em terra, dispostos justamente para garantir ampla cobertura na região em questão, a fim de identificar antecipadamente ameaças em potencial.

Além disso, ao reconhecer que a coleta de informações e inteligência desempenha um papel crucial na antecipação e prevenção de incursões indesejáveis em regiões de negação, o país tem fortalecido seus recursos por meio da utilização de aeronaves não tripuladas de última geração, sistemas satelitais de reconhecimento de alta precisão e aeronaves de alarme antecipado e controle.

Ainda nesse sentido, o aparelhamento de seus meios de superfície com sistemas de detecção de longo alcance também tem ampliado suas competências. Essa expansão das capacidades de detecção de longo alcance representa um marco significativo na estratégia de defesa australiana, reforçando sua postura defensiva e aumentando sua consciência situacional.

Quanto à análise sobre os recursos de que dispõe o país em relação à AD, podemos destacar como primeiro aspecto a considerável capacidade da RAAF, recentemente equipada com caças *stealth* F-35A, que podem contribuir para negar a superioridade aérea, além dos P-8 Poseidon, com elevada capacidade de patrulha marítima.

Em segundo lugar, a orientação da RAN em equipar sua esquadra de navios com ampla

capacidade de lançamento de mísseis de médio e curto alcance e a elevada capacidade de sistemas de defesa antiaérea e submarinos dotados de torpedos modernos revelam seu potencial para dificultar a movimentação de forças hostis em seu entorno estratégico.

Por tudo isso, podemos perceber uma compatibilidade dos meios das FDA com os recursos característicos a serem empregados para a consecução da estratégia A2/AD, ainda que a Austrália não disponha de todos os elementos. Por essa razão, consideramos que, devido às lacunas existentes, a aderência em termos de meios se apresenta de maneira parcial.

### **4.3 Lacunas e desafios na implementação da estratégia A2/AD**

Apesar do vultoso esforço australiano no sentido de fortalecer suas forças armadas devido à grande extensão do espaço onde se poderia implementar a estratégia A2/AD e como sua implementação prevê uma grande variedade de meios para serem empregados, estabelecendo diversas camadas defensivas, pudemos perceber algumas lacunas em termos de meios para sua plena operacionalização.

Uma das principais dificuldades reside na ausência de mísseis de longo alcance, o que restringe a capacidade das FDA de negar efetivamente o acesso ao “*air sea gap*”, ou seja, de estabelecer a primeira camada a uma maior distância. Além disso, a falta de submarinos em quantidade suficiente limita a capacidade de manter uma presença e mobilidade prolongada em uma área extensa que precisa ser negada.

Outro desafio significativo está relacionado à capacidade de realizar ataques cibernéticos para degradar as capacidades de comando e controle do oponente. A Austrália precisa aprimorar suas capacidades nesse domínio para neutralizar as operações adversárias de forma eficaz.

A própria quantidade de meios adequados também dificulta a cobertura de áreas geograficamente extensas, o que é relevante para uma implementação efetiva da estratégia A2/AD. A Austrália precisa superar esse desafio para garantir a proteção abrangente de suas áreas de interesse.

Além disso, o treinamento e capacitação rápida de seu pessoal para operar

equipamentos cada vez mais complexos representam um obstáculo adicional. É necessário investir em programas de formação e desenvolvimento de competências para garantir que os operadores estejam aptos a lidar com a sofisticação tecnológica dos sistemas de defesa.

Por fim, a implementação da estratégia A2/AD requer o desenvolvimento de doutrinas adequadas para integrar todos esses elementos em um todo coerente e eficiente. A Austrália precisa estabelecer uma abordagem doutrinária clara e alinhada com suas capacidades e objetivos estratégicos para maximizar o potencial de sucesso da estratégia A2/AD.

Cabe, ainda, destacar que, apesar de estar integrado com as outras forças singulares da Austrália, por meio de seus documentos estratégicos que seguem em consonância com as diretrizes estabelecidas nos documentos de alto nível do DoD, principalmente no que tange ao desenvolvimento de mísseis de longo alcance para serem empregados em conjunto com as outras forças, não foram identificadas iniciativas concretas do *Australian Army* em relação à estratégia A2/AD.

#### **4.4 A contribuição do AUKUS e demais iniciativas**

Como resultado do acordo AUKUS, a Austrália terá acesso ao desenvolvimento e operação de tecnologias avançadas de defesa, particularmente em termos de capacidades submarinas. Nesse ponto, vemos os submarinos com propulsão nuclear emergirem como ferramentas expressivas para a materialização do A2/AD, pois proporcionam uma maior capacidade de permanência em áreas estratégicas, elevada mobilidade e um maior alcance operacional, ampliando a cobertura da área a ser negada.

Somado a isso, esses meios possuem uma maior capacidade de carga em comparação com os submarinos convencionais, o que lhes permite transportar uma variedade de armas e equipamentos de defesa avançados. Isso inclui, principalmente, mísseis de longo alcance.

Essas vantagens, combinadas, conferem aos submarinos com propulsão nuclear uma maior eficiência na negação de acesso ao entorno estratégico australiano, por serem capazes de estabelecer uma camada defensiva sólida, necessitando de uma menor quantidade de meios, se comparado aos convencionais.

Apesar dessa notável contribuição, o AUKUS pode ir além em outros campos de

trabalho, principalmente nas áreas de inteligência artificial, computação quântica, tecnologia cibernética, guerra eletrônica e compartilhamento de informações. Esses elementos serão cruciais para a consolidação da consciência situacional australiana no Arquipélago Malaio e desenvolvimento de ações no sentido de restringir as capacidades de comando e controle de um oponente na região.

Esse acordo abre as portas para uma extensa cooperação entre os países membros, tanto no desenvolvimento de outros meios militares, quanto na capacitação de australianos em áreas de conhecimento sensível, como é o caso da nuclear.

Muito embora o AUKUS já se revele significativo para o aprimoramento das FDA, outras iniciativas também concretas se encontram em andamento, procurando atingir justamente outros pontos considerados sensíveis para o A2/AD, tais como o emprego de mísseis de longo alcance e minas. Nesse sentido, o projeto SCIFiRE, a aquisição dos mísseis Kongsberg NSM, AGM-158B JASSM-ER e *Tomahawk* e a compra de minas marítimas se encaixam perfeitamente nesse contexto.

Podemos, então, sintetizar que a Austrália terá uma oportunidade significativa de fortalecer suas capacidades militares por meio de uma série de armas e tecnologias avançadas, além de aumentar seus meios e desenvolver seu capital humano. O AUKUS e os outros esforços em curso proporcionarão à nação um avanço substancial em sistemas que vão de encontro justamente às lacunas australianas para a plena implementação da estratégia A2/AD.

#### **4.5 Considerações parciais**

De forma concisa, pudemos perceber que os elementos capitais descritos por Tangredi encontram forte coesão com a nova orientação de emprego das FDA, o que entendemos como o novo método do processo estratégico australiano.

Buscamos verificar não só a congruência de como a Austrália procura defender seus interesses à luz dos princípios da estratégia A2/AD, mas também com quais recursos ela pode implementar. Seja em relação aos métodos ou aos meios, o nível de aderência identificado indica que a nação realmente caminha para a aplicação dessa concepção estratégica.

Conforme vimos nesse capítulo e no anterior, em que pese existam deficiências para a

sua execução integral, não só o acordo AUKUS, mas também outras ações no nível do DoD, apontam para esse caminho.

Isso posto, levando-se em conta o que foi observado, no capítulo subsequente procederemos à formulação de considerações conclusivas, com o objetivo de verificar a veracidade da hipótese formulada para a este estudo, em consonância com o seu propósito.

## 5 CONCLUSÃO

O propósito deste trabalho foi confrontar a evolução da estratégia de defesa da Austrália a partir de 2013 até 2023 com os conceitos teóricos de A2/AD, utilizando um recorte sobre a região do Arquipélago Malaio, defrontante com a margem norte do território australiano, a fim de identificar tanto suas convergências quanto suas particularidades.

Preliminarmente, no capítulo dois, recorrendo principalmente a Sam J. Tangredi (2013), buscamos estabelecer todo o arcabouço teórico, que posteriormente seria utilizado para a confrontação com a realidade australiana. Para entendermos a concepção, iniciamos nossa pesquisa procurando explorar as origens do conceito e pudemos perceber que sua gênese se deu no âmbito acadêmico dos EUA, em uma tentativa de compreender como seus oponentes se comportariam diante de seu poderio, valendo-se de capacidades defensivas, a fim de neutralizar sua vantagem. Por conseguinte, foram levantados os cinco pilares em que se apoia a teoria A2/AD, a saber: a percepção da superioridade estratégica da força atacante, a primazia da geografia, a predominância geral do domínio marítimo, a relevância da informação e da inteligência e o impacto determinante dos eventos extrínsecos onde se deseja negar o acesso.

Constatamos, nessa parte, que essa concepção ambiciona equalizar o desequilíbrio de poder entre os oponentes, utilizando uma profusão de meios para sua implementação, objetivando impedir o acesso a uma determinada região de interesse ou, caso isso não seja possível, pelo menos limitar seus movimentos.

Mais adiante, passamos a descrever o cenário australiano. Partimos de um breve histórico com o fito de identificar se a crescente instabilidade geopolítica na região do Indo-Pacífico, muito em decorrência das disputas entre EUA e China, estaria impulsionando a Austrália a se reorganizar em termos estratégicos. Sendo assim, baseados nos documentos do DoD australiano, fomos capazes de identificar as mudanças nas preocupações do país.

O pragmatismo na definição do entorno estratégico e os objetivos traçados a partir de 2016 se mostraram decisivos para a compreensão de que, de fato, a Austrália se encontra no caminho de mudanças, não só do seu método, mas também dos meios a serem empregados em seu processo estratégico. Quanto ao método, foi possível destacar a nova ideia de se contrapor antecipadamente a um oponente pelo impedimento de acesso à região do

Arquipélago Malaio. Já em relação aos meios, analisamos as FDA e seu corrente processo de modernização.

Enfim, no capítulo quatro, realizamos o confronto, a fim de respondermos à questão principal: se haveria aderência da estratégia de defesa australiana, promulgada por meio de seus *Defence White Papers* 2013 e 2016 e atualizada em 2020, aos conceitos de A2/AD.

Pelas evidências apresentadas, verificamos que, em relação aos métodos escolhidos pela Austrália na última década, foram percebidas fortes congruências com quatro princípios. Entretanto, no que tange à capacidade de se valer de eventos extrínsecos, a correspondência foi parcial. No que envolve os meios, também fomos capazes de perceber compatibilidade, ainda que parcial. A despeito da modernização, em termos de defesa em curso, outras capacidades precisam ser alcançadas, principalmente no que diz respeito a armamentos de longo alcance, a uma força de submarinos com maior permanência e a ampliação de competências no domínio cibernético.

Dessa forma, à luz das relações de causa e efeito identificadas, podemos afirmar que o propósito dessa dissertação foi alcançado. Por meio de um desenvolvimento analítico, a questão central foi respondida. A despeito dos documentos analisados serem por certo abrangentes, impedindo obviamente uma conclusão cartesiana, mesmo assim entendemos que a hipótese de que os objetivos estratégicos apontados pelos *Defence White Papers*, a partir de 2013, corroboram para a aplicação dos conceitos de A2/AD na região do Arquipélago Malaio.

Conseguimos, ainda, perceber que essa possível adequação da Austrália em termos de A2/AD revela uma singularidade especial. A despeito das alianças históricas que sempre teve, em especial com os EUA, as quais anteriormente demonstravam uma certa dependência, no contexto atual conseguimos identificar que esses acordos ajudam o país a ampliar seus atributos para plena operacionalização dessa estratégia, tornando-se inclusive mais autônomo e versátil.

Por último, cumpre mencionar a importância de que os aspectos de congruência sob análise neste estudo não exauera a temática em questão. Insta esclarecer que, mesmo o A2/AD sendo predominantemente desenvolvido em um ambiente marítimo, as forças militares podem ser empregadas de forma integrada, garantindo, inclusive, a ideia de defesa em camadas. A colaboração entre as suas ações é de extrema relevância. Nesse contexto, seria interessante que pesquisas futuras fossem desenvolvidas no sentido de identificar quais

seriam os desafios para garantir essa interoperabilidade entre as forças singulares de um país.

Por derradeiro, voltamos à reflexão preliminar, na qual enfatizamos quais seriam os ensinamentos que poderíamos colher dessa iniciativa de um país com amplas similaridades com a nossa realidade. O desenvolvimento dos submarinos de propulsão nuclear por uma potência média signatária do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares pode mostrar para o Brasil como enfrentar pressões externas nesse sentido. Além disso, a própria reflexão sobre uma concepção contemporânea pode nos ajudar a estarmos atualizados e aptos a evoluir frente a novas conjunturas geopolíticas em nosso entorno estratégico.

## REFERÊNCIAS

AUSTRÁLIA. Australian Department. *Foreign Policy White Paper: partnerships and soft power*. Barton, AU: Department of Foreign Affairs and Trade - DFAT, 2017. Disponível em: <https://www.dfat.gov.au/sites/default/files/minisite/static/4ca0813c-585e-4fe1-86eb-de665e65001a/fpwhitepaper/foreign-policy-white-paper/chapter-eight-partnerships-and-soft-power/soft-power.html>. Acesso em: 26 jun. 2023.

AUSTRÁLIA. Australian Department. *Regional Architecture: quad*. Barton, AU: Department of Foreign Affairs and Trade - DFAT, 2023a. Disponível em: <https://www.dfat.gov.au/international-relations/regional-architecture/quad>. Acesso em: 15 maio 2023.

AUSTRÁLIA. Department of Defence. *2020 Defence Strategic Update*. Canberra, AU: Department of Defence, 2020a. 68 p. Disponível em: <https://www.defence.gov.au/about/strategic-planning/2020-defence-strategic-update>. Acesso em: 23 mar. 2023.

AUSTRÁLIA. Department of Defence. *\$3.5 billion to accelerate missile strike capabilities for the ADF*. Canberra, AU: Department of Defence, 2022a. Disponível em: <https://www.minister.defence.gov.au/media-releases/2022-04-05/35-billion-accelerate-missile-strike-capabilities-adf>. Acesso em: 24 maio 2023.

AUSTRÁLIA. Department of Defence. *A big day for the space domain*. Canberra, AU: Department of Defence, 2023b. Disponível em: <https://www.defence.gov.au/news-events/news/2023-07-03/big-day-space-domain>. Acesso em: 03 jul. 2023.

AUSTRÁLIA. Department of Defence. *Defence White Paper 2013*. Canberra, AU: Department of Defence, 2013. 148 p. Disponível em: <https://www.defence.gov.au/about/strategic-planning/defence-white-paper>. Acesso em: 18 mar. 2023.

AUSTRÁLIA. Department of Defence. *Defence White Paper 2016*. Canberra, AU: Department of Defence, 2016. 191 p. Disponível em: <https://www.defence.gov.au/about/strategic-planning/defence-white-paper>. Acesso em: 18 mar. 2023.

AUSTRÁLIA. Department of Defence. *Force Structure Plan 2020*. Canberra, AU: Department of Defence, 2020b. 126 p. Disponível em: <https://www.defence.gov.au/about/strategic-planning/2020-force-structure-plan>. Acesso em: 23 mar. 2023.

AUSTRÁLIA. Department of Defence. *Interview with Tom Connell, Sky News*. Canberra, AU: Department of Defence, 2023c. Disponível em: <https://www.minister.defence.gov.au/transcripts/2023-03-17/interview-tom-connell-sky-news>. Acesso em: 25 maio 2023.

AUSTRÁLIA. Department of Defence. *National Defence: Defence Strategic Review 2023*. Canberra, AU: Department of Defence, 2023d. 116 p. Disponível em: <https://www.defence.gov.au/about/reviews-inquiries/defence-strategic-review>. Acesso em: 02 maio 2023.

AUSTRÁLIA. Prime Minister of Australia. *Naval Group Settlement*, 23 maio 2022b. Disponível em: <https://www.pm.gov.au/media/naval-group-settlement>. Acesso em: 20 mar. 2023.

AUSTRÁLIA. Royal Australian Air Force. *Aircraft*. Australia: Royal Australian Air Force, 2023e. Disponível em: <https://www.airforce.gov.au/aircraft>. Acesso em: 17 mai. 2023.

AUSTRÁLIA. Royal Australian Air Force. *SCIFIRE Hypersonics*. Australia: Royal Australian Air Force, 2023f. Disponível em: <https://www.airforce.gov.au/our-work/projects-and-programs/scifire-hypersonics>. Acesso em: 23 maio 2023.

AUSTRÁLIA. Royal Australian Navy. *Current ships and boats*. Australia: Royal Australian Navy, 2023g. Disponível em: <https://www.navy.gov.au/fleet/ships-boats-craft/current-ships>. Acesso em: 20 maio 2023.

AUSTRALIAN DEFENCE MAGAZINE. US approves JASSM ER sale to Australia. *Australian Defence Magazine*, 24 jul. 2022. Disponível em: <https://www.australiandefence.com.au/defence/joint/us-approves-jassm-er-sale-to-australia>. Acesso em: 23 maio 2023.

BLINKIN, Max. Feature: over the Horizon. *Australian Defence Business Review*, Australia, jun. 2019.

BRASIL. Estado-Maior da Armada. *EMA-305: Doutrina Militar Naval*. 1. ed. Brasília, DF: EMA, 2017.

BURGESS, Richard R. Australia Announces Formation of MQ-4C Triton UAS Squadron. *SEAPOW*, Arlington, VA, 6 mar. 2023. Disponível em: <https://seapowermagazine.org/australia-announces-formation-of-mq-4c-triton-uas-squadron/>. Acesso em: 25 jun. 2023.

CAPLES, Alexandra; GAIDA, Jamie; CAVE, Danielle. AUKUS: three partners, two pillars, one problem. *Australian Strategic Policy Institute – ASPI - The Strategist*, Australia, 6 jun. 2023. Disponível em: <https://www.aspistrategist.org.au/aucus-three-partners-two-pillars-one-problem/>. Acesso em: 20 jun. 2023.

CLIFF, Roger *et al.* *Entering the dragon's lair: chinese antiaccess strategies and their implications for the United States*. Santa Monica, CA: RAND Corporation, 2007. 129 p.

COHEN, William S. *Report of the Quadrennial Defense Review*. United States of America: Department of Defense, 1997. 74 p. Disponível em: <https://history.defense.gov/Portals/70/Documents/quadrennial/QDR1997.pdf?ver=2014-06-25-110930-527>. Acesso em: 07 maio 2023.

COUTAU-BÉGARIE, Hervé. *Tratado de estratégia*. Tradução de Brigitte Bentolila de Assis Manso *et al.* Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2010. 760 p. Título original: *Traité de stratégie*.

ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA. ANZUS Pact. *Encyclopaedia britannica*, 2023a. Disponível em: <https://www.britannica.com/event/ANZUS-Pact>. Acesso em: 15 maio 2023.

ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA. Malay Archipelago. *Encyclopaedia britannica*, 2023b. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Malay-Archipelago>. Acesso em: 10 abr. 2023.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (EUA). Department of Defense. *Joint Operational Access Concept (JOAC)*. Version 1.0. Washington, D.C.: Department of Defense, 2012. 75 p. Disponível em: [https://dod.defense.gov/Portals/1/Documents/pubs/JOAC\\_Jan%202012\\_Signed.pdf](https://dod.defense.gov/Portals/1/Documents/pubs/JOAC_Jan%202012_Signed.pdf). Acesso em: 11 maio 2023.

FREEDMAN, Lawrence. *The future of war: a history*. New York: Public Affairs. 2017. 509 p.

GLOBAL FIRE POWER. 2023 Australia Military Strength. *Global Fire Power*, 2023. Disponível em: [https://www.globalfirepower.com/country-military-strength-detail.php?country\\_id=australia](https://www.globalfirepower.com/country-military-strength-detail.php?country_id=australia). Acesso em: 15 maio 2023.

HELLYER, Marcus. Delivering a stronger Navy, faster. *Australian Strategic Policy Institute - ASPI*, Australia, 2 nov. 2021. Disponível em: <https://www.aspi.org.au/report/delivering-stronger-navy-faster>. Acesso em: 25 maio 2023.

HOLDSWORTH, David A.; MULDER, Ken; TURLEY, Michael D. E. *Jindalee operational radar network: new growth from old roots*. New York: IEEE, 2022. Disponível em: <https://ieeexplore.ieee.org/document/9764214>. Acesso em: 14 maio 2023.

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES (IISS). *The military balance 2013: the annual assessment of global military capabilities and defence economics*. London: Routledge, 2013. 510 p.

KREPINEVICH, Andrew F.; WATTS, Barry; WORK, Robert. *Meeting the anti-access and area-denial challenge*. Washington, D.C.: Centre for Strategic and Budgetary Assessments, 2003. 95 p.

LOCKYER, Adam. *Australia's defence strategy: evaluating alternatives for a contested Asia*. Melbourne, AU: Melbourne University Publishing Limited, 2017. 324 p.

LYKKE, Arthur F. *Military strategy: theory and application*. Carlisle Barracks, PA: Department of National Security and Strategy, US Army War College, 1989.

MAYHEW, Noah C. What's next for the AUKUS submarine deal? *Bulletin of the Atomic Scientists*, USA, 2023. Disponível em: <https://thebulletin.org/2023/04/whats-next-for-the-aukus-submarine-deal/>. Acesso em: 23 maio 2023.

RICARD, Phillipe. Over Aukus deal, France took its time to process the affront. *LE MONDE*, Paris, 14 mar. 2023. Disponível em: [https://www.lemonde.fr/en/international/article/2023/03/14/over-aukus-deal-france-took-its-time-to-process-the-affront\\_6019338\\_4.html](https://www.lemonde.fr/en/international/article/2023/03/14/over-aukus-deal-france-took-its-time-to-process-the-affront_6019338_4.html). Acesso em: 20 mar. 2023.

TANGREDI, Sam J. *Anti-access warfare: countering A2/AD strategies*. Annapolis, Md.: Naval Institute Press, 2013. 300 p.

THE KOOTNEETI. Middle power: definition and examples. *The Kootneeti*, set. 2022. Disponível em: <https://thekootneeti.in/2022/09/19/middle-power-definition-and-examples/>. Acesso em: 26 jun. 2023.

TITO, Alexandre. Seção Inteligência: aliança de inteligência Five Eyes e seus objetivos geopolíticos. *Tito Geopolítica*, 18 dez. 2020. Disponível em: <https://www.atitoxavier.com/post/se%C3%A7%C3%A3o-intelig%C3%Aancia-alian%C3%A7a-de-intelig%C3%Aancia-five-eyes-e-a-china>. Acesso em: 15 maio 2023.

WHITE, Hugh. *How to defend Australia*. Melbourne: La Trobe University Press, 2019. 211 p.

WHITE HOUSE (Washington, D.C.). *Remarks by President Biden, Prime Minister Morrison of Australia, and Prime Minister Johnson of the United Kingdom Announced the Creation of AUKUS*. Washington, D.C.: The White House, 2021. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/speeches-remarks/2021/09/15/remarks-by-president-biden-prime-minister-morrison-of-australia-and-prime-minister-johnson-of-the-united-kingdom-announcing-the-creation-of-aukus/>. Acesso em: 15 maio 2023.

## ANEXO A - FIGURAS



FIGURA 1 - Arquipélago Malaio  
Fonte: ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA, 2023b.

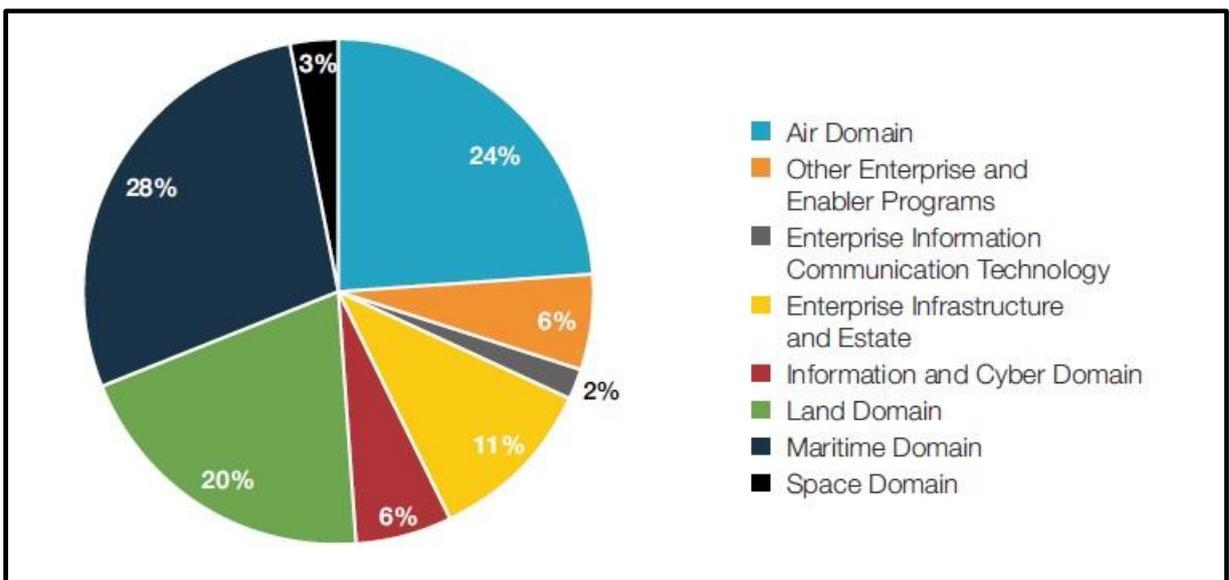


FIGURA 2 - Distribuição de investimento para a década 2020-2030  
Fonte: AUSTRÁLIA, 2020b.

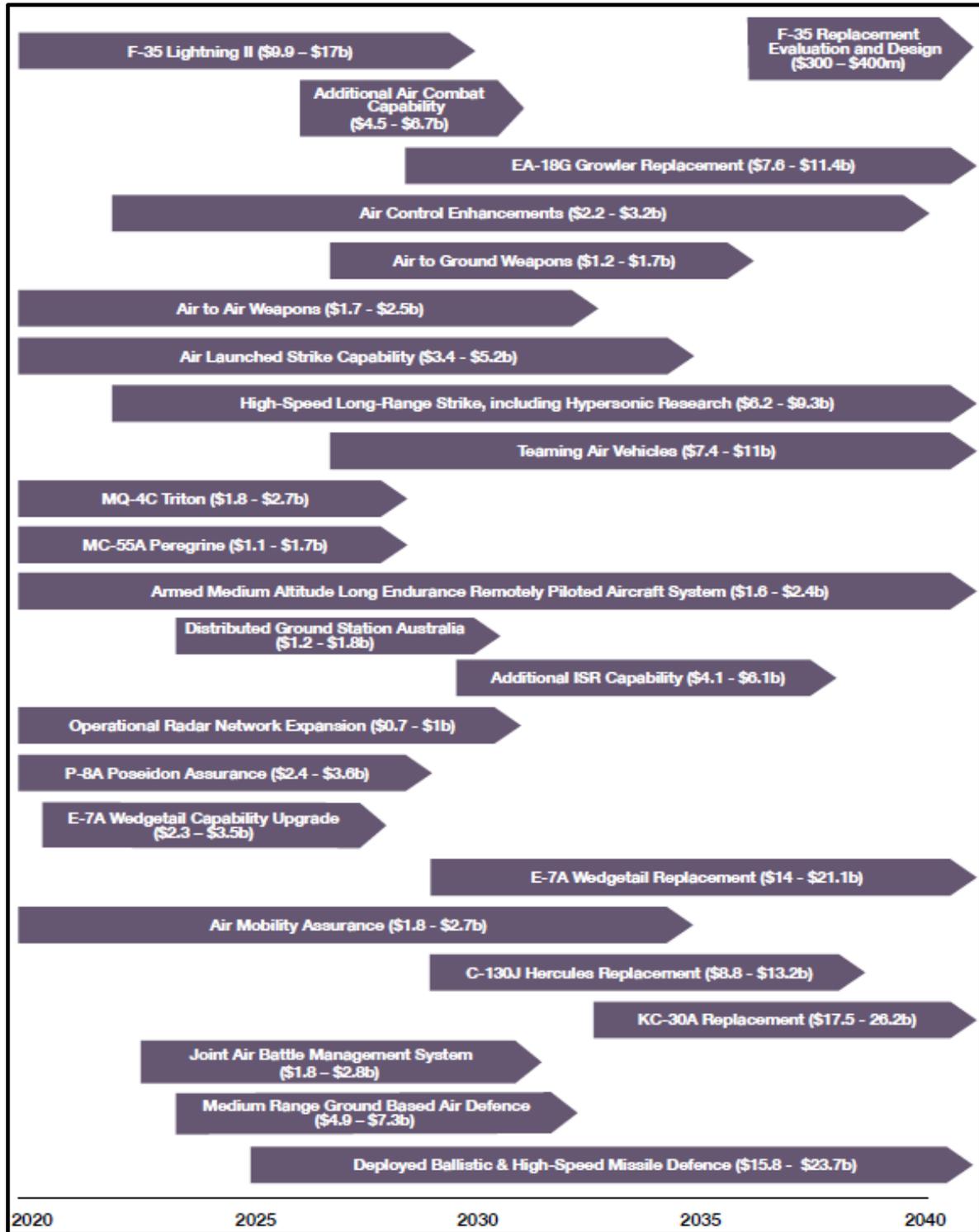


FIGURA 3 - Principais programas no domínio aéreo  
 Fonte: AUSTRÁLIA, 2020b.

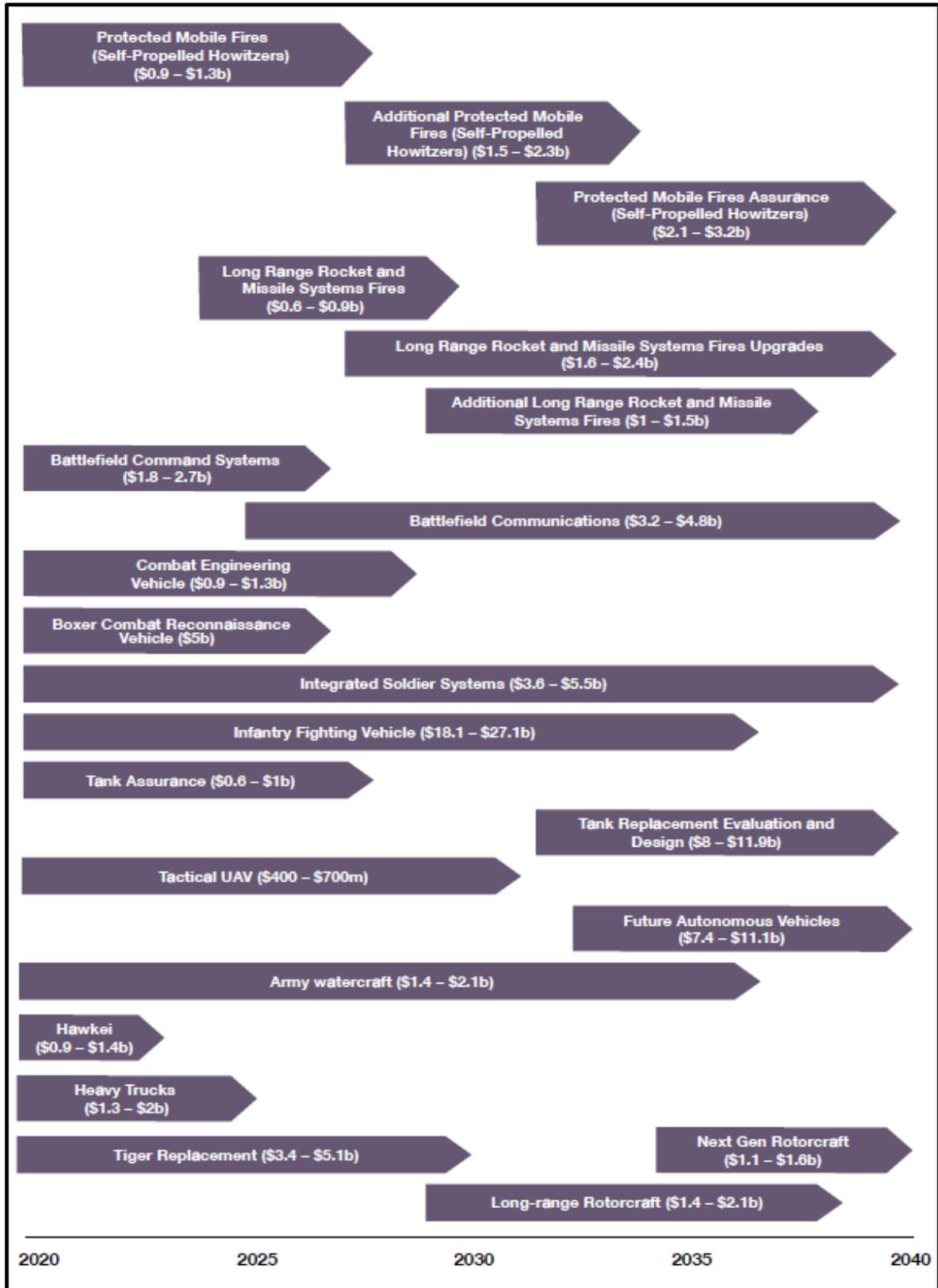


FIGURA 4 - Principais programas no domínio terrestre  
 Fonte: AUSTRÁLIA, 2020b.

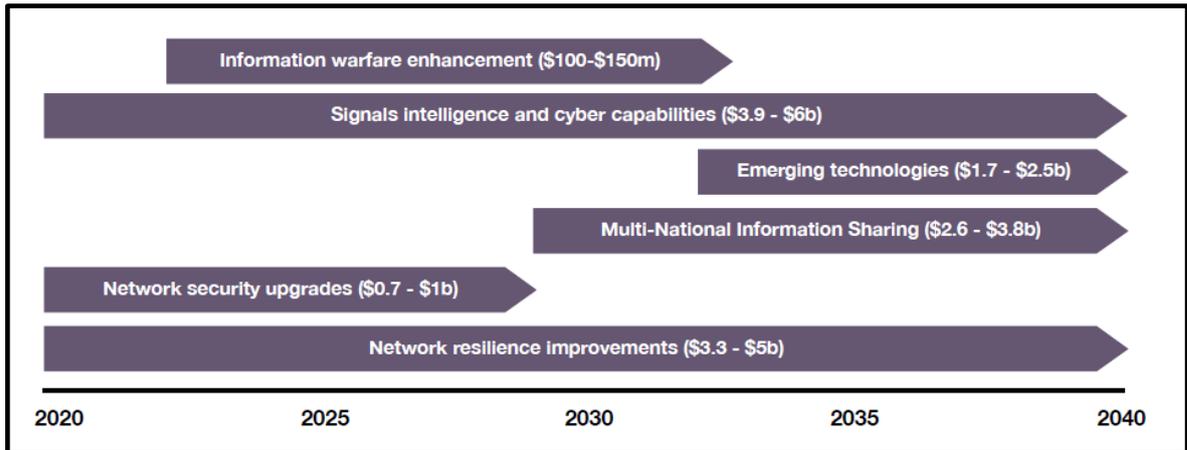


FIGURA 5 - Principais programas no domínio cibernético

Fonte: AUSTRÁLIA, 2020b.

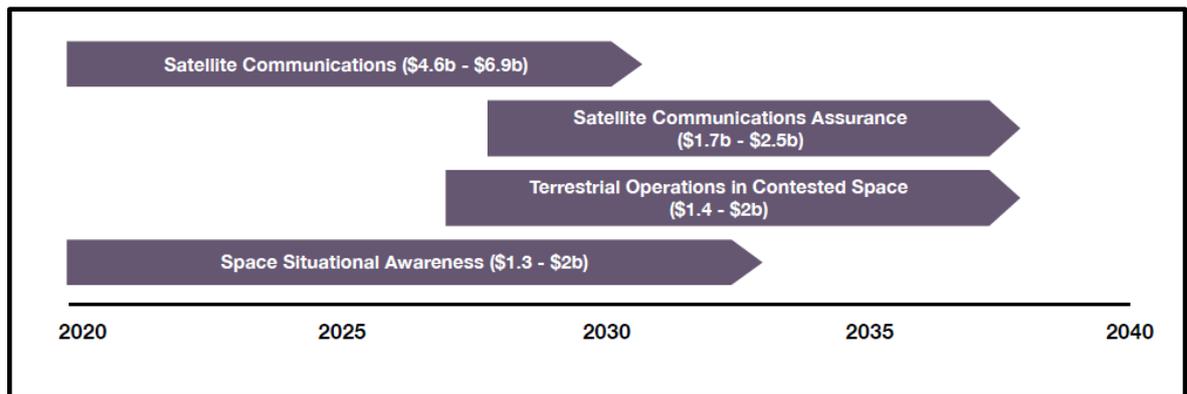


FIGURA 6 - Principais programas no domínio espacial

Fonte: AUSTRÁLIA, 2020b.

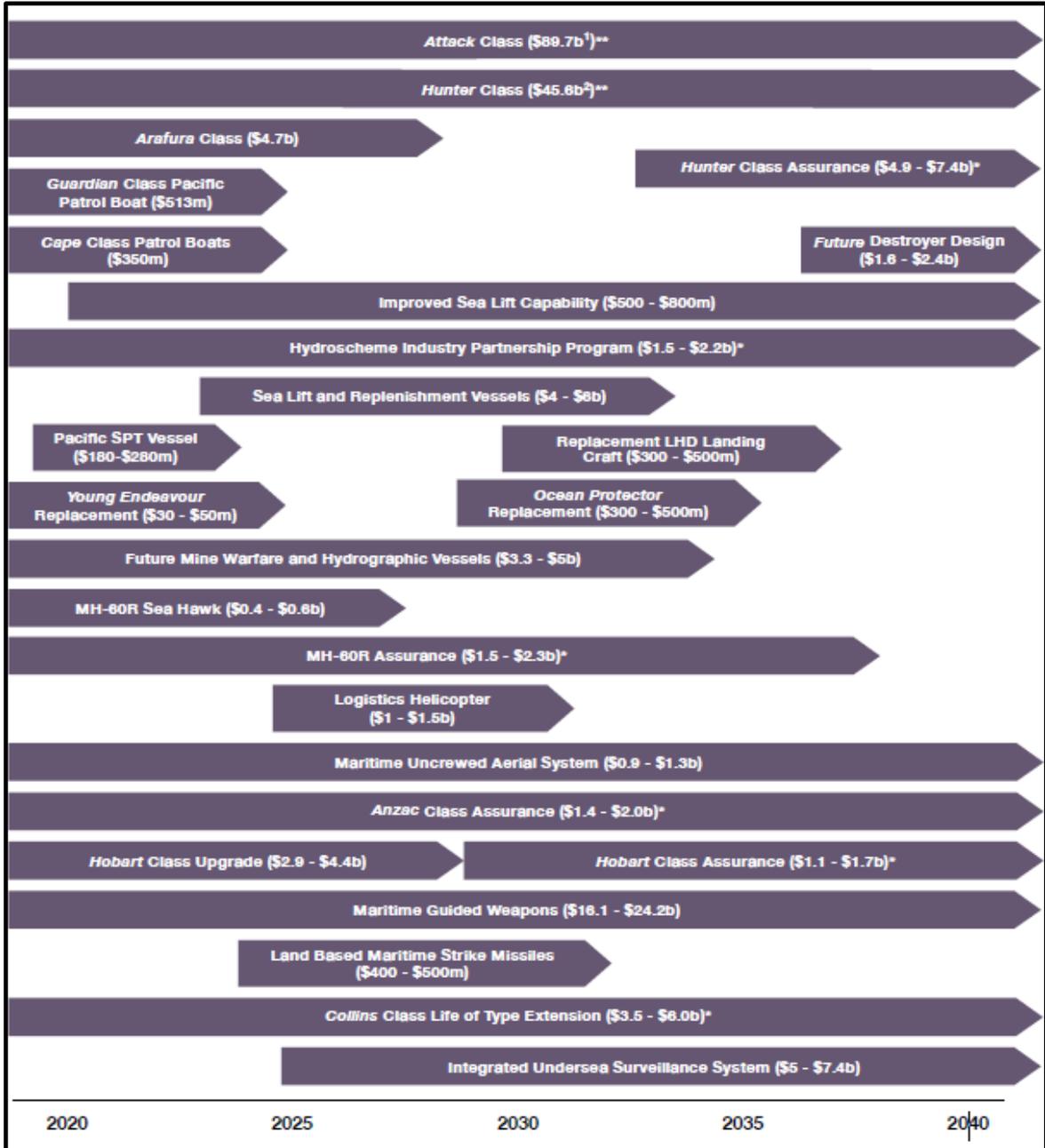


FIGURA 7 - Principais programas no domínio marítimo  
 Fonte: AUSTRÁLIA, 2020b.

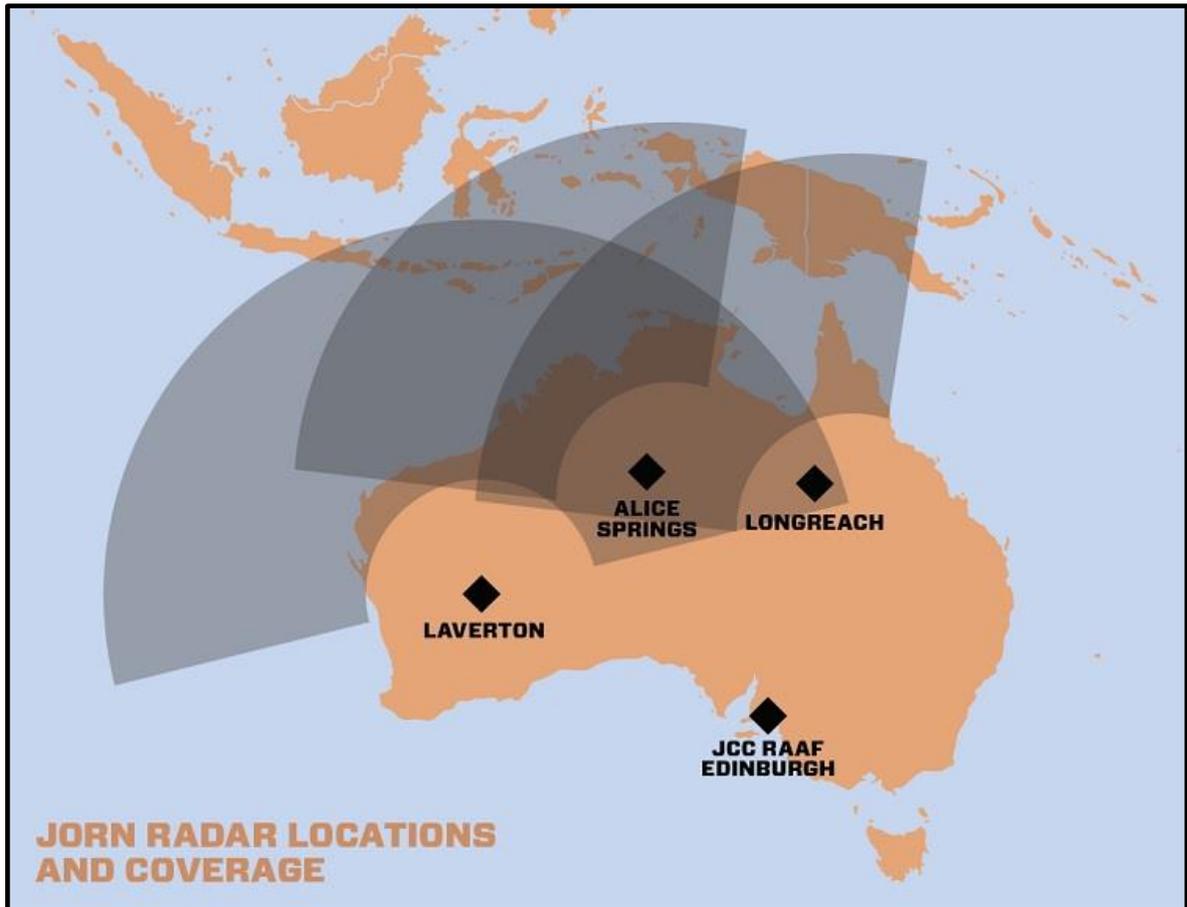


FIGURA 8 - Jindalee Operational Radar Network  
Fonte: BLENKIN, 2019.

	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041	2042	2043	2044	2045	2046	2047	2048	2049	2050	2051	2052	2053		
Total # surface combatants	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	12	
Anzac (4/1996)												36																							
Arunta (12/1998)													36																						
Warramunga (3/2001)														34																					
Stuart (8/2002)															34																				
Parramatta (10/2003)																	35																		
Ballarat (6/2004)																																			
Toowoomba (10/2005)																																			
Perth (8/2006)																																			
DDG 1 - Hobart (9/2017)																																			
DDG 2 - Brisbane (10/2018)																																			
DDG 3 - Sydney (5/2020)																																			
Hunter 1 - Hunter																																			
Hunter 2 - Flinders																																			
Hunter 3 - Tasman																																			
Hunter 4																																			
Hunter 5																																			
Hunter 6																																			
Hunter 7																																			
Hunter 8																																			
Hunter 9																																			
DDG replacement 1																																			
DDG replacement 2																																			
DDG replacement 3																																			

FIGURA 9 - Cronograma de substituição dos Navios de Superfície (Classes Anzac, Hobart e Hunter)  
 Fonte: HELLYER, 2021.

	2026-27	2027-28	2028-29	2029-30	2030-31	2031-32	2032-33	2033-34	2034-35	2035-36	2036-37	2037-38	2038-39	2039-40	2040-41	2041-42	2042-43	2043-44	2044-45	2045-46	2046-47	2047-48	2048-49	2049-50	2050-51	2051-52	2052-53	2053-54	2054-55	2055-56	2056-57	2057-58	2058-59	2059-60	
Total number of submarines in service	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	5	5	5	5	4	4	4	4	4	4	4	3	4	4	4	5	5	5	6	6	6	7	7	
Collins 1: <i>Farncomb</i> (1/98)		LOTE									Age = 40																								
Collins 2: <i>Collins</i> (7/96)			LOTE									Age = 43																							
Collins 3: <i>Waller</i> (7/99)				LOTE									Age = 42																						
Collins 4: <i>Dechaineux</i> (2/01)					LOTE									Age = 43																					
Collins 5: <i>Sheean</i> (2/01)						LOTE									Age = 45																				
Collins 6: <i>Rankin</i> (3/03)							LOTE									Age = 45																			
SSN 1																																			
SSN 2																																			
SSN 3																																			
SSN 4																																			
SSN 5																																			
SSN 6																																			
SSN 7																																			
SSN 8																																			

Key

Total number of submarines in service	Collins-class service	Collins full-cycle docking or life-of-type extension (LOTE)	Future submarine service
---------------------------------------	-----------------------	---	--------------------------

FIGURA 10 - Cronograma de substituição dos Submarinos Classe Collins  
 Fonte: HELLYER, 2021.

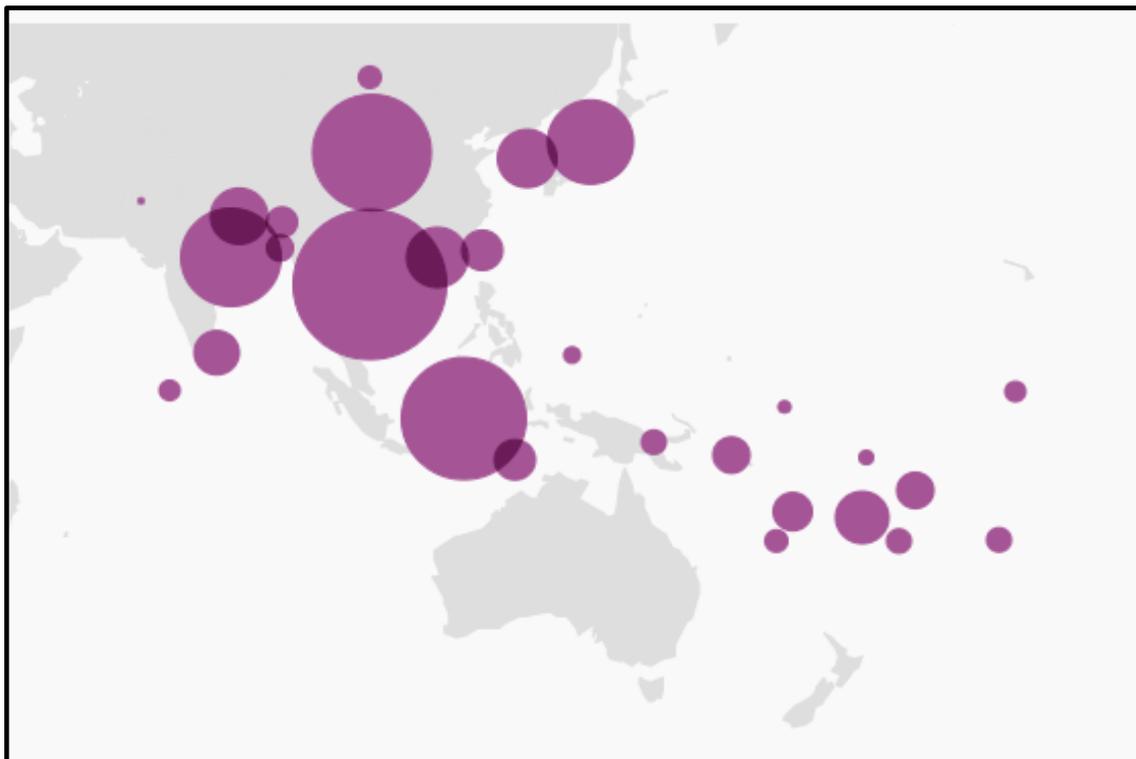


FIGURA 11 - Mapa demonstrativo dos países alcançados pelo *New Colomb Plan* (China, Indonésia, Japão, Índia, Coréia do Sul, Timor Leste, Papua Nova Guiné, entre outros)  
Fonte: AUSTRÁLIA, 2017.

## ANEXO B - TABELA

TABELA 1 - Navios da *Royal Australian Navy*

Nº	Indicativo	Nome	Tipo	Comissionamento
1	310	<i>ADV Cape Fourcroy</i>	Patrulha	xxx
2	314	<i>ADV Cape Otway</i>	Patrulha	xxx
3	315	<i>ADV Cape Peron</i>	Patrulha	xxx
4	316	<i>ADV Cape Naturaliste</i>	Patrulha	xxx
5	320	<i>ADV Cape Inscription</i>	Patrulha	xxx
6	A 245	<i>HMAS Leeuwin</i>	Hidrográfico	27/mai/00
7	A 246	<i>HMAS Melville</i>	Hidrográfico	27/mai/00
8	A03	<i>HMAS Shepparton</i>	Auxiliar	24/jan/90
9	A04	<i>HMAS Benalla</i>	Auxiliar	20/mar/90
10	A195	<i>HMAS Supply</i>	Tanque	10/abr/21
11	A304	<i>HMAS Stalwart</i>	Tanque	13/nov/21
12	D39	<i>HMAS Hobart</i>	Destroyer	23/set/17
13	D41	<i>HMAS Brisbane</i>	Destroyer	27/out/18
14	D42	<i>HMAS Sydney</i>	Destroyer	18/mai/20
15	FFH 150	<i>HMAS Anzac</i>	Fragata	18/mai/96
16	FFH 151	<i>HMAS Arunta</i>	Fragata	12/dez/98
17	FFH 152	<i>HMAS Warramunga</i>	Fragata	31/mar/01
18	FFH 153	<i>HMAS Stuart</i>	Fragata	17/ago/02
19	FFH 154	<i>HMAS Parramatta</i>	Fragata	04/out/03
20	FFH 155	<i>HMAS Ballarat</i>	Fragata	26/jun/04
21	FFH 156	<i>HMAS Toowoomba</i>	Fragata	08/out/05
22	FFH 157	<i>HMAS Perth</i>	Fragata	26/ago/06
23	L01	<i>HMAS Adelaide</i>	Anfíbio	04/dez/15
24	L02	<i>HMAS Canberra</i>	Anfíbio	28/nov/14
25	L100	<i>HMAS Choules</i>	Anfíbio	13/dez/11
26	M 82	<i>HMAS Huon</i>	Caça-mina	15/mai/99
27	M 85	<i>HMAS Gascoyne</i>	Caça-mina	02/jun/01
28	M 86	<i>HMAS Diamantina</i>	Caça-mina	04/mai/02
29	M 87	<i>HMAS Yarra</i>	Caça-mina	01/mar/03
30	P84	<i>HMAS Larrakia</i>	Patrulha	10/fev/06
31	P85	<i>HMAS Bathurst</i>	Patrulha	10/fev/06
32	P86	<i>HMAS Albany</i>	Patrulha	15/jul/06
33	P90	<i>HMAS Broome</i>	Patrulha	10/fev/07
34	P93	<i>HMAS Childers</i>	Patrulha	07/jul/07
35	P95	<i>HMAS Maryborough</i>	Patrulha	08/dez/07
36	S73	<i>HMAS Collins</i>	Submarino	27/jul/96
37	S74	<i>HMAS Farncomb</i>	Submarino	31/jan/98
38	S75	<i>HMAS Waller</i>	Submarino	10/jul/99
39	S76	<i>HMAS Dechaineux</i>	Submarino	23/fev/01
40	S77	<i>HMAS Sheean</i>	Submarino	23/fev/01
41	S78	<i>HMAS Rankin</i>	Submarino	29/mar/03

Fonte: AUSTRÁLIA, 2023g, tradução nossa.